



RESULTADOS 2T21

Teleconferência

30 de julho de 2021

(em português com tradução simultânea para o inglês)

11h00 (Brasília) / 10h00 (NY) / 15h00 (Londres)

Tel: +55 (11) 3181-8565

Participantes Internacionais:

Tel: +1 (412) 717-9627 | +1 (844) 204-8942

São Paulo, 29 de julho de 2021: CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP"), (B3: CESP3, CESP5 e CESP6) divulga seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2021. As informações foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e práticas contábeis adotadas no Brasil, exceto onde indicado de outra forma.

ÍNDICE

Resultados 2T21	3
Mensagem da Administração	4
Perfil da Companhia	6
Parque Gerador	6
Desempenho Operacional	7
Desempenho Comercial	9
Desempenho Financeiro	15
Endividamento	21
CAPEX	22
Fluxo de Caixa Livre	23
Plano de Aposentadoria (Vivest)	24
Contingências	26
Regulatório	29
Agenda ESG	32
Mercado de Capitais	35
Anexos	36

RESULTADOS 2T21

DESTAQUES FINANCEIROS CONSOLIDADOS

(R\$ mil)	2T21	2T20	Δ	1S21	1S20	Δ
Receita operacional bruta	596.414	544.905	9%	1.230.614	1.085.767	13%
Receita operacional líquida	525.163	485.532	8%	1.082.048	946.072	14%
Resultado operacional bruto	181.885	204.476	-11%	373.658	438.681	-15%
Custos e despesas	(392.880)	(187.608)	109%	(602.137)	(439.351)	37%
EBITDA	229.654	397.800	-42%	675.137	706.992	-5%
EBITDA ajustado ¹	221.717	287.276	-23%	504.109	623.447	-19%
Margem EBITDA ajustado	42%	59%	-17 p.p.	47%	66%	-19 p.p.
Resultado líquido	(18.129)	137.798	n.m.	97.669	191.611	-49%
Dívida Líquida	1.406.412	1.220.615	15%	1.406.412	1.220.615	15%
Dívida Líquida / EBITDA UDM	1,2x	0,9x	0,4x	1,2x	0,9x	0,4x
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado UDM	1,6x	1,1x	0,4x	1,6x	1,1x	0,4x

- Crescimento na receita líquida de 8%, atingindo R\$525 milhões no 2T21, principalmente pelo crescimento das operações de *trading* pela CESP Comercializadora.
- EBITDA ajustado de R\$222 milhões no 2T21, redução de 23% em relação ao mesmo período de 2020 em virtude do efeito da crise hídrica, impactando volume e preço de compra de energia.
- Geração de R\$274 milhões de fluxo de caixa operacional após serviço da dívida, com o índice de conversão de caixa² de 123% no 2T21.
- Redução de R\$636 milhões³ nas contingências passivas totais em relação a mar/2021 em decorrência de acordos judiciais, revisão de estimativas conforme evolução processual dos casos e decisões judiciais favoráveis.
- Prejuízo líquido de R\$18 milhões no trimestre vs. lucro líquido de R\$ 138 milhões no 2T20, variação explicada principalmente pelo impacto trazido pela reversão das contingências passivas prováveis no 2T20 (R\$134 milhões) que não se repetiu no 2T21.

¹ EBITDA Ajustado exclui provisão para litígios e baixa de depósitos

² Índice de conversão de caixa = FCO após serviço da dívida / EBITDA Ajustado

³ Após correção monetária e juros. Considera acordos, movimentações e julgamentos realizados até julho de 2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO



O segundo trimestre do ano de 2021 foi marcado pelo agravamento da situação hidrológica no país. Estamos vivendo o período com menores vazões desde 1931, que afeta o setor como um todo. Frente a este cenário, a CESP aproveitou as janelas de oportunidade no mercado e comprou toda a energia necessária para o equacionamento, até o presente momento, do balanço energético deste ano.

A estratégia de gestão do balanço energético da Companhia é pautada por um planejamento minucioso com gestão proativa e forte disciplina de execução da comercialização de energia, buscando gerar valor e mitigar o risco hidrológico.

Na ponta vendedora, a CESP tem trabalhado para capturar oportunidades em vendas futuras de energia, principalmente a partir de 2024. Neste trimestre, avançamos na estratégia *go-to-market*, que visa a ampliação e diversificação da base de clientes buscando a redução de riscos e maximização de resultados.

Outro marco relevante para a CESP foi a elevação do rating ESG pela principal agência de classificação de riscos ESG, a MSCI, de “BBB” para “A” (em uma escala de AAA-CCC). Vale lembrar que nos últimos 18 meses a CESP recebeu dois *notches* de *upgrade* no rating ESG desta agência. Desde o início deste ano, com o lançamento da plataforma ESG da CESP, a Companhia tem reportado de forma ainda mais transparente seus avanços nesta agenda tão relevante e estas conquistas são uma confirmação de que estamos no caminho certo.

Passando para o olhar social em seu aspecto interno, um movimento importante este trimestre foi a consolidação do grupo de trabalho de Diversidade & Inclusão que está endereçando esta agenda por meio, primeiramente, de um diagnóstico para que possamos construir um plano de ação para nos tornarmos cada vez mais uma empresa diversa e inclusiva.

Na frente de gerenciamento do contencioso passivo, seguimos dedicados à otimização da carteira de processos, buscando constantemente a redução do risco. Terminamos o 2T21 com um valor total de contencioso passivo de R\$10,6 bilhões e ao longo de julho/21 tivemos uma redução adicional de R\$390 milhões finalizando em R\$10,2 bilhões.

Em consequência da crise hídrica e cumprindo as determinações das autoridades federais que regulam o setor elétrico, a Companhia está realizando a redução da vazão defluente da UHE Porto Primavera como forma de preservar o estoque de água das usinas com reservatórios de acumulação localizadas a montante e, assim, passar o período seco mantendo a governabilidade da cascata hídrica. Todo o processo está sendo conduzido de forma controlada e monitorada constantemente, com envio de relatos para os órgãos ambientais e regulatórios, seguindo Plano de Trabalho devidamente aprovado e acompanhado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Ministério das Minas e Energia (MME), entre outros órgãos do Governo Federal.

O EBITDA Ajustado⁴ no 2T21 foi de R\$222 milhões, redução de R\$65 milhões em relação ao mesmo período do ano passado, em decorrência principalmente do resultado da crise hídrica, impactando volumes de energia, decorrente principalmente da piora do GSF no período e seu respectivo preço de mercado.

A forte geração de caixa foi, novamente, um dos destaques. Geramos, no 2T21, R\$274 milhões de fluxo de caixa operacional após serviço da dívida, com o índice de conversão de caixa⁵ de 123%.

A CESP reafirma que continuará atuando de forma diligente e transparente na gestão de seu negócio, com foco na aceleração de seus resultados e consequente criação de valor aos seus acionistas.

Muito obrigado a todos que nos acompanham nessa trajetória.

MARIO BERTONCINI

Diretor Presidente e de
Relações com Investidores

MARCELO DE JESUS

Diretor Financeiro

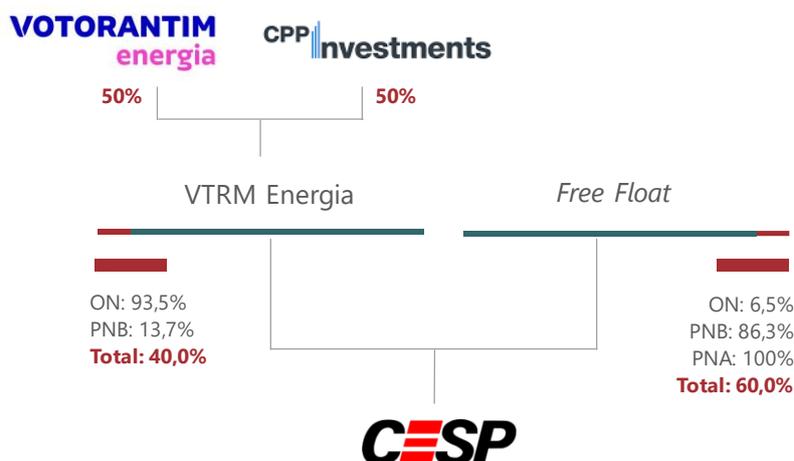
⁴ EBITDA ajustado exclui provisão para litígios e baixa de depósitos.

⁵ Índice de Conversão de Caixa= Fluxo de Caixa Operacional Pós Serviços da Dívida/EBITDA Ajustado

PERFIL DA COMPANHIA

A CESP é uma empresa geradora de energia criada em 1966 pelo Governo do Estado de São Paulo com a fusão de 11 empresas paulistas de energia elétrica.

Em 19 de outubro de 2018, o leilão das ações da CESP teve como vencedor a VTRM Energia Participações S.A., resultado da parceria da Votorantim Energia com o fundo canadense Canada Pension Plan Investment Board (CPP Investments). Em 11 de dezembro de 2018, após a celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações com o Estado de São Paulo, a CESP passou a ser uma empresa de controle privado.



PARQUE GERADOR



PORTO PRIMAVERA

Potência	1.540 MW
Garantia Física	887 MWm
Concessão*	Abr/49
Município	Rosana (SP)
Área do reservatório	2.040 km ²
Extensão da barragem	10,2 km
Unidades geradoras	14
Entrada em operação	1999

*contrato celebrado em abr/19

PARAIBUNA

Potência	87 MW
Garantia Física	48 MWm
Concessão*	Set/21
Município	Paraibuna (SP)
Área do reservatório	177 km ²
Extensão da barragem	2,4 km
Unidades geradoras	2
Entrada em operação	1978

*extensão concedida em mar/21



Conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração da CESP realizada em 28 de junho de 2019, a empresa decidiu pela não renovação da concessão da Usina Hidrelétrica Jaguari, que representava menos de 2% da sua energia assegurada total. Após o termo final de concessão do ativo, em maio de 2020, a CESP operou a usina em formato temporário até 31 de dezembro de 2020, quando a transferiu para o novo operador designado pelo Ministério de Minas e Energia, nos termos da Portaria MME nº 409/2020.

DESEMPENHO OPERACIONAL

GERAÇÃO

(MWm)	2T21	2T20	Δ	1S21	1S20	Δ
Porto Primavera	726	923	-21%	796	1.008	-21%
Paraibuna	42	34	24%	22	22	1%
Jaguari	-	-	-	-	5	-
Total	768	957	-20%	818	1.036	-21%

A produção de energia elétrica nas usinas operadas pela CESP no 2T21 atingiu 768 MW médios, 20% inferior ao 2T20 quando atingimos 957 MW médios. A redução está relacionada com os reflexos da crise hídrica que tem impactado, principalmente, a bacia do rio Paraná, onde se encontra a UHE Porto Primavera. No 1S21 a geração acumulada atingiu 818 MW médios, 21% inferior ao 1S20 quando atingimos 1.036 MW médios.

No 2T21 o déficit hídrico observado principalmente na região Sudeste do país se manteve, sendo constatadas as piores afluições da série histórica. Esse cenário fez com que o Ministério de Minas e Energia (“MME”) publicasse a Portaria MME nº 524, de 11 de junho de 2021, que determinou a redução da vazão mínima defluente da UHE Porto Primavera com vistas à manutenção da governabilidade da operação hidráulica na bacia do rio Paraná durante todo o período seco. Para mais detalhes sobre o assunto, consulte seção “Regulatório” deste documento.

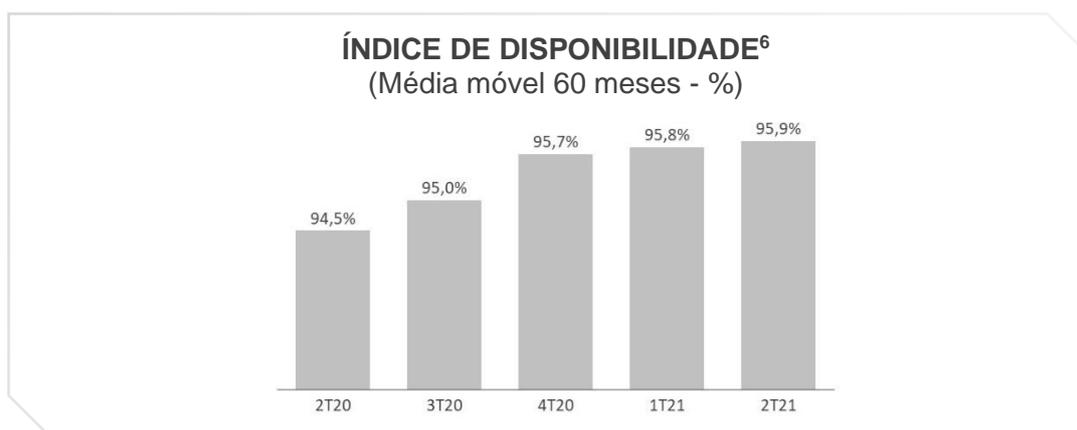
Com relação à UHE Paraibuna, a programação de produção da usina se dá em função do controle da vazão na bacia do rio Paraíba do Sul, com a definição pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) da vazão defluente das usinas da cascata com o objetivo de atendimento às restrições hidráulicas da bacia. No 2T21, o ONS elevou a geração nas usinas de cabeceira da bacia do rio Paraíba do Sul (dentre elas a UHE Paraibuna) em função da redução da vazão natural do rio provocada pelo início do período seco como forma de complemento à vazão do rio para atendimento às necessidades citadas.

DISPONIBILIDADE

No 2T21, as usinas operadas pela CESP atingiram o índice de disponibilidade médio de 95,9%, em linha ao valor reportado no 1T21 (95,8%) e 1,4 p.p. acima do valor reportado no 2T20 (94,5%), demonstrando de forma contínua a eficiente gestão da manutenção das usinas e o bom desempenho operacional dos ativos de geração da Companhia.

Segundo a Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nº 614/2014, caso o índice de disponibilidade de uma usina hidrelétrica participante do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) seja inferior ao índice de disponibilidade de referência considerado no cálculo da respectiva garantia física, a usina estará sujeita à aplicação de mecanismo de redução da garantia física. Com essas premissas, este indicador torna-se o principal balizador para avaliar o desempenho das usinas hidrelétricas e principal ferramenta de acompanhamento para mitigação de riscos de impactos operacionais aos compromissos comerciais.

O índice de disponibilidade das usinas da CESP se mantém consistentemente superior aos valores de referência estabelecidos pela ANEEL e em trajetórias crescente, demonstrando a qualidade da operação e manutenção dos ativos operacionais e a adequada gestão dos riscos operacionais.

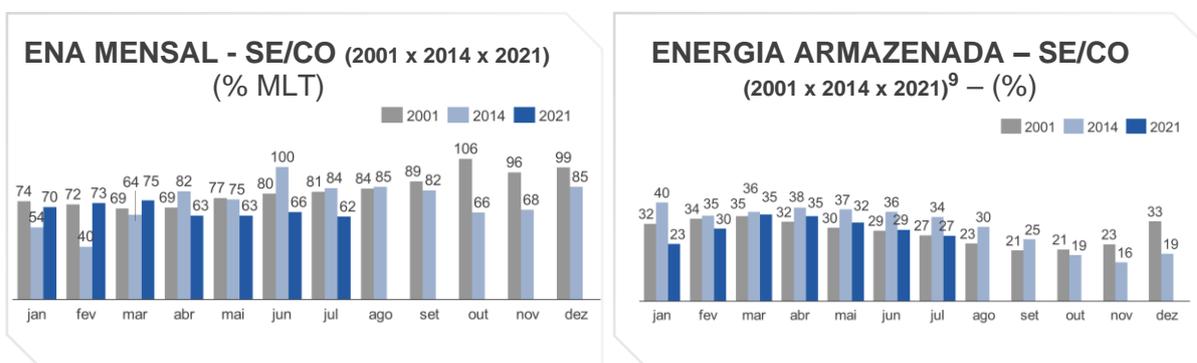


⁶ Índice de disponibilidade é calculado por meio da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada Apurada (“TEIFa”) e da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada (“TEIP”), regulamentados pela ANEEL

DESEMPENHO COMERCIAL

MERCADO DE ENERGIA

A combinação do menor nível de afluições da série histórica, culminando nos baixos níveis de reservatórios, com sinais de retomada da atividade econômica, traduzida em aumento de demanda por energia, trouxe impactos importantes para o mercado de energia. Assim, em junho de 2021, os reservatórios do subsistema Sudeste/Centro-oeste (“SE/CO”)⁷ tinham em torno de 29% da capacidade máxima de armazenamento, valor mais baixo para o período desde 2001. A Energia Natural Afluyente (“ENA”)⁸ para o submercado SE/CO tem performado como a pior do histórico de 91 anos para o período de janeiro a julho, abaixo dos valores realizados em anos com condições hídricas adversas, tais como 2001 e 2014. Esse quadro decorre de um regime de precipitação atípico desde o final de 2020.



Diante do cenário desafiador, em que o Sistema Nacional de Meteorologia (“SNM”), pela primeira vez desde o início dos monitoramentos, emitiu Alerta de Emergência Hídrica, reforçado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (“ANA”), onde declarou situação crítica de escassez dos recursos hídricos na bacia do Rio Paraná, foi publicada a Medida Provisória nº 1.055/2021 criou a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética com o objetivo de monitorar constantemente a situação e tomar as medidas adequadas para mitigação de potenciais riscos. Algumas medidas já estão sendo tomadas, tais como: despacho das térmicas fora da ordem de mérito, importação de energia e flexibilização das restrições operativas associada aos usos múltiplos da água e campanhas de conscientização de consumo.

Desde 2001, quando passamos por um período de racionamento, a matriz energética brasileira evoluiu bastante em termos de diversificação de fontes. Atualmente, a capacidade instalada de geração hidrelétrica no Brasil representa 62% (vs. 83% em 2001)

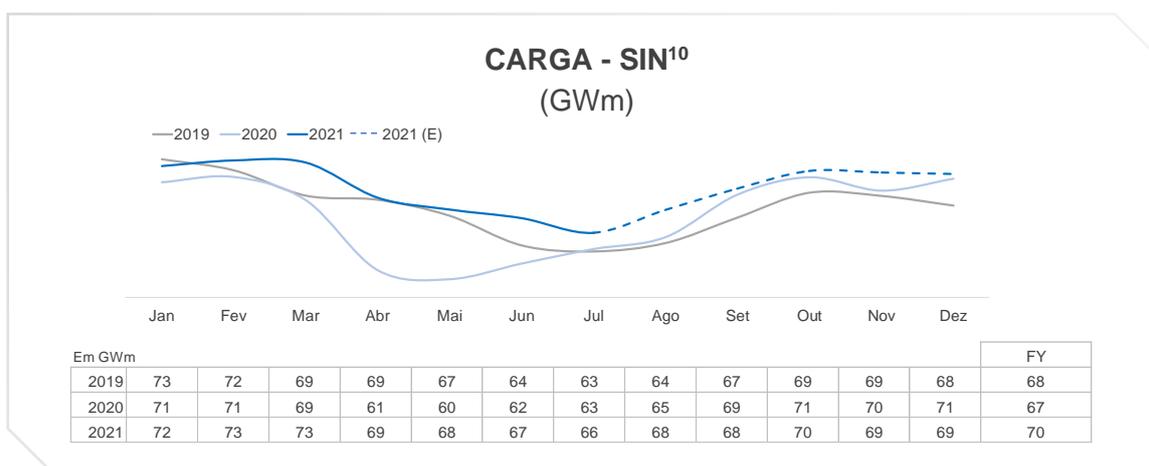
⁷ Com cerca de 2/3 da capacidade de armazenamento total do SIN e como o submercado com maior consumo de energia, o armazenamento do Sudeste/Centro-oeste é um dos indicadores mais relevantes para avaliação da capacidade de suprimento da carga.

⁸ ENA: Energia Natural Afluyente; MLT: Média de Longo Termo (média histórica entre 1931-2019); Dados parciais até 24 de abril de 2021.

⁹ Fonte: Operador Nacional do Sistema (ONS) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – Energia correspondente ao armazenamento no Subsistema Sudeste (% da capacidade do submercado) para o último dia de cada trimestre.

somada a 26% de térmicas (17% em 2001) e 12% de eólica e solar. Essa diversificação de fontes é importante pois nos proporciona mais opções de fontes para abastecimento do sistema e em certa medida reduz a concentração do risco hidrológico. Nesse sentido, para fins de comparação, além de 2001, traçamos um paralelo entre o cenário atual e o ocorrido em 2014, quando também passamos por um período hidrológico desafiador e tínhamos uma matriz energética semelhante à atual, de modo que podemos perceber que mesmo que semelhantes, as situações possuem particularidades relacionadas à estrutura do setor para cada período que devem ser levadas em consideração para análise.

Outro importante aspecto a ser considerado é a demanda por energia para os próximos períodos. Atualmente, o ONS estima um aumento de demanda para 2021 de 4,6% em relação a 2020. Entretanto, no primeiro semestre de 2021 verificou-se um aumento de aproximadamente 7% na demanda por energia em comparação com o mesmo período de 2020, em função dos reflexos da COVID-19 no consumo no 2T20.



Em razão do contexto apresentado, os impactos no preço de energia e do GSF (*Generation Scaling Factor*) foram evidentes. O preço médio de energia (Preço de Liquidação das Diferenças – “PLD”) do 2T21 no submercado SE/CO atingiu R\$229/MWh, patamar 205% superior quando comparado ao mesmo período de 2020 (R\$75/MWh). Houve uma deterioração adicional no GSF que, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), está estimado em 73% 2021 (estimativa de julho de 2021).

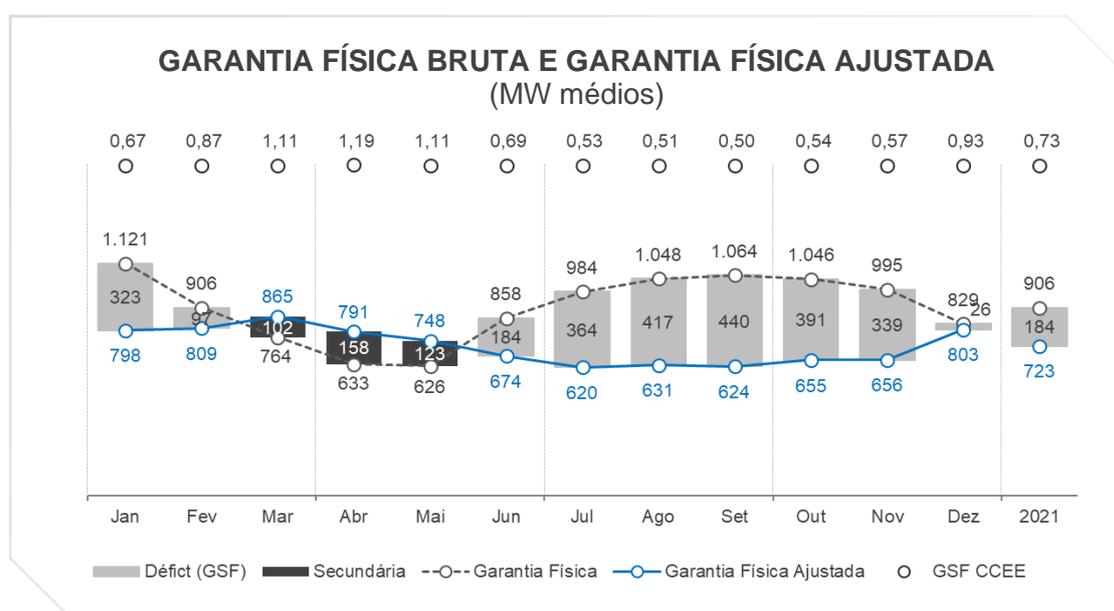
¹⁰ Fonte: ONS, relatório PMO de julho de 2021.

GESTÃO DO BALANÇO ENERGÉTICO

A estratégia da Companhia para gestão do balanço energético está pautada por um planejamento minucioso e gestão proativa com forte disciplina de execução da comercialização de energia, buscando gerar valor e mitigar o GSF.

Em decorrência das mais recentes revisões de garantia física da UHE Porto Primavera e o efeito negativo decorrentes do GSF, a Companhia apresentava um balanço energético estruturalmente deficitário para 2021 e 2022, que vem sendo equalizados sistematicamente.

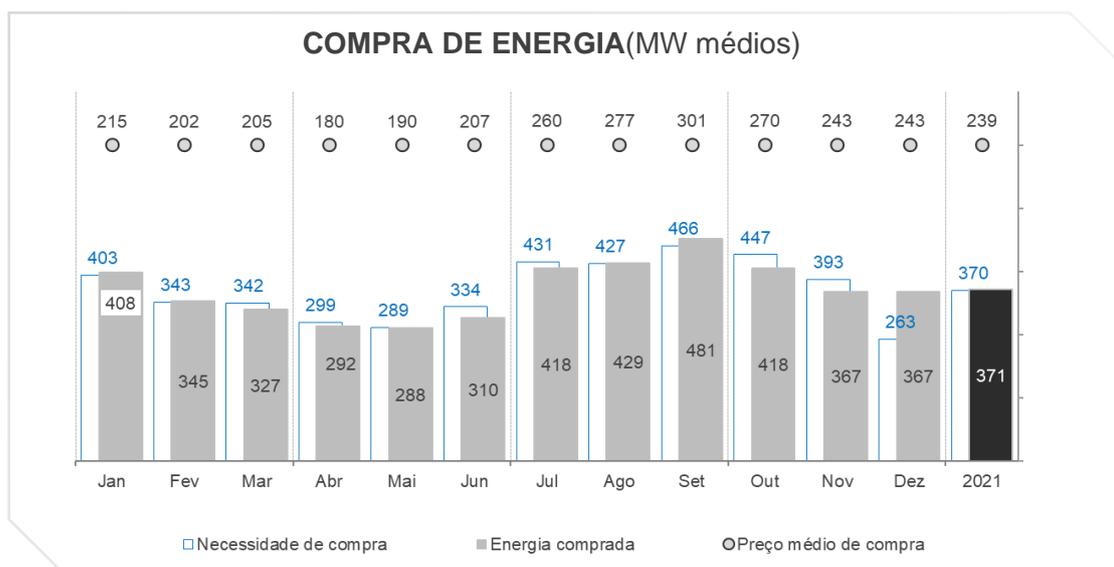
A piora do GSF em 2021, teve como consequência o aumento da exposição da Companhia, particularmente no segundo semestre de 2021.



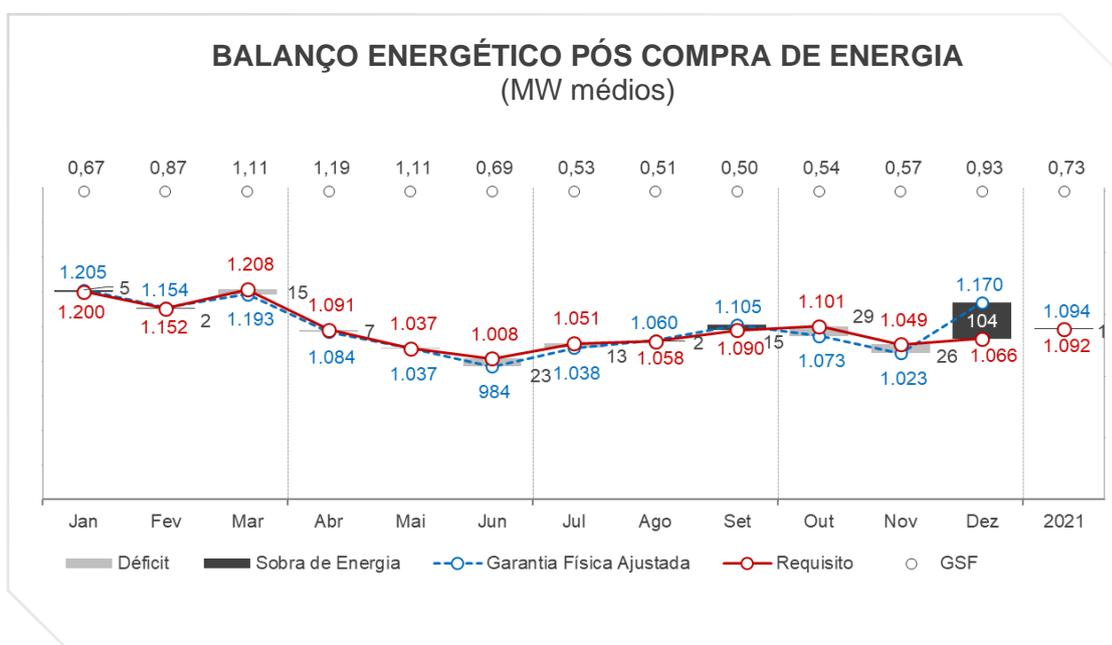
Frente a este cenário, a Companhia aproveitou as janelas de oportunidade no mercado e comprou a energia necessária para o equacionamento, neste momento, do balanço energético de 2021, tendo sido adquiridos 371 MW médios de energia, aumento de 17% em relação ao final de 2020 (317 MW médios) e incremento de 52 MW médios ou 16% com relação ao balanço apresentado no 1T21 (319 MW médios), que considerava um GSF de 78%.

O preço médio anual de compra de energia atualmente é de R\$239/MWh, 17% acima do preço de compra de 2020 (R\$204/MWh) e 18% acima do preço de compra publicado no 1T21 (R\$202/MWh).

Para equalização do balanço energético do 2T21, foram adquiridos 297 MW médios de energia, 19% de redução em relação ao 2T20 (367 MW médios) e 7% de aumento em relação ao balanço reportado no 1T21 (276 MW médios). Para o 2T21, as compras foram realizadas ao preço médio de R\$193/MWh, 20% acima do preço de compra do 2T20 (R\$161/MWh) e 4% maior do preço de compra para o período reportado no release do 1T21 (R\$186/MWh).



Ao final do segundo trimestre, o balanço energético, da Companhia, para todo o ano de 2021 se mostra equalizado, conforme ilustrado abaixo. A Companhia mantém uma gestão próxima desta posição para mitigar eventuais efeitos trazidos por cenários de risco hidrológico ainda mais desafiadores do que o atualmente estimado pela CCEE (GSF de 73%) dado que a cada 1 p.p. de variação no GSF corresponde a um volume de energia de aproximadamente 7 MW médios, que é reduzido da garantia física ajustada e disponível para atendimento aos contratos de venda de energia.



Para 2022, a Companhia comprou 97% da energia necessária para equacionar o déficit energético aproveitando janelas de oportunidades que surgiram e continua monitorando o risco de GSF e oportunidades de mercado para comprar energia com o propósito de mitigar riscos de preço.

ESTRATÉGIA COMERCIAL

A área comercial da Companhia é pautada por uma gestão energética integrada por meio de inteligência de mercado, comercialização para clientes finais e *trading*.

Todas as operações realizadas passam por uma criteriosa análise e acompanhamento de riscos de mercado e crédito com limites de exposição pré-estabelecidos, além de cobertura com garantias de acordo com o perfil da contraparte. A estrutura para gerenciamento de riscos de mercado e crédito na Companhia está subordinada à Diretoria Financeira, garantindo independência no suporte às tomadas de decisões comerciais.

COMERCIALIZAÇÃO PARA CLIENTES FINAIS

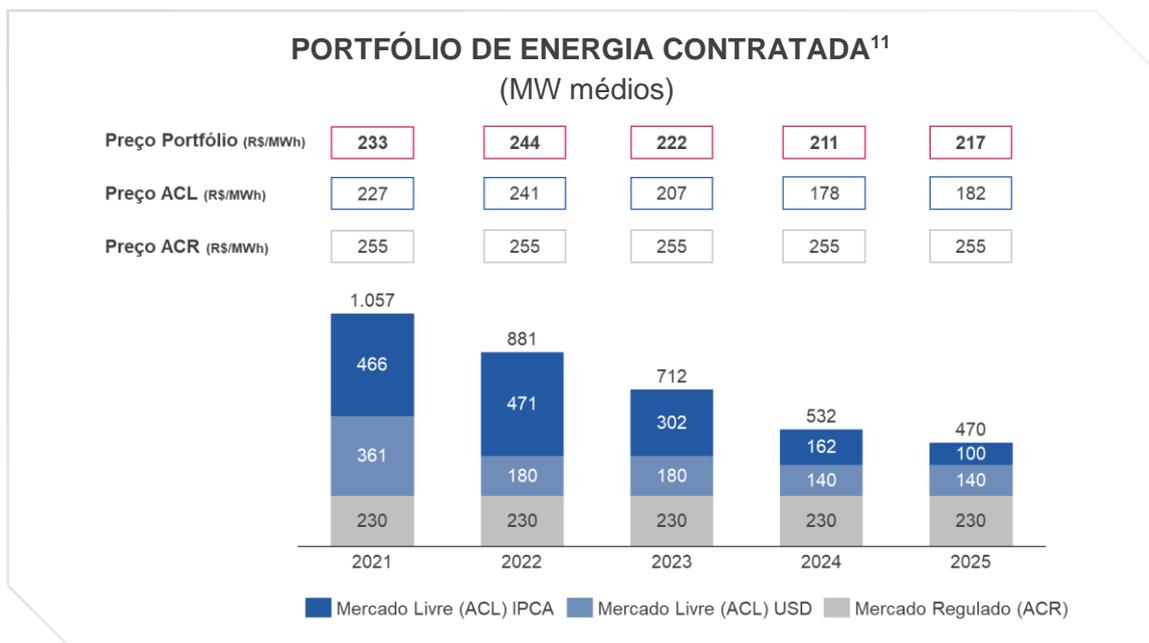
A Companhia tem trabalhado para diversificar e ampliar a sua carteira de clientes, a fim de capturar oportunidades, mitigar os riscos do negócio, e reduzir a pegada de carbono de seus clientes e parceiros, por meio do fornecimento de energia renovável com certificação renovável I-REC.

O portfólio de clientes da Companhia é composto de agentes distribuidores de energia do mercado regulado e de consumidores do mercado livre de energia, conforme demonstrado no gráfico abaixo. A partir de 2024, o volume de energia já comprometida em contratos de venda é substancialmente menor e, a partir de 2028, a Companhia não possui energia vendida no mercado livre.

Em decorrência do cenário hidrológico adverso no curto prazo, os preços de energia de longo prazo estão com tendência de alta. Assim sendo, a Companhia tem trabalhado para capturar oportunidades em vendas futuras de energia, principalmente a partir de 2024.

Neste trimestre, realizamos novas parcerias com clientes finais por meio do fornecimento de energia e de I-RECs, promovendo a descarbonização das suas atividades e propiciando a sustentabilidade como valor agregado.

Os contratos no mercado regulado tiveram início em 2009 e 2010, vigentes até 2038 e 2039, com volume de 230 MW médios e têm os preços corrigidos pela inflação. Os contratos no mercado livre são corrigidos pela inflação ou dólar e alguns contratos possuem cláusulas de flexibilidade, ou seja, há limites mínimos e máximos que são aplicados aos volumes mensais sazonalizados e ao volume consolidado do ano.



Quando comparamos o preço do portfólio do 2T21 vs. 1T21, percebemos uma queda no preço do ACL em todos os anos, devido ao efeito da valorização do real frente ao dólar de 12% entre os períodos (R\$5,0022/1USD em 30/06/2021 vs. R\$5,6973/1USD em 31/03/2021).

No 2T21, o preço médio no mercado regulado (distribuidoras) ficou em R\$255/MWh, um aumento de ~4% em relação ao 2T20 devido, principalmente, a cláusulas de reajuste contratual, conforme detalhes abaixo. Vale lembrar que estes contratos possuem sazonalidade de energia e por isso apresentam variações dos volumes trimestrais.

Data início	Data fim	Volume 2T21 (MWm)	Preço bruto inicial (R\$ MWh) ¹²	Preço bruto 2T21 (R\$/MWh) ¹³
01/01/2009	31/12/2038	83	125	265
01/01/2010	31/12/2039	143	116	249
Total		223	119	255

Como forma de mitigar sua exposição ao risco hidrológico, a CESP repactuou em 2016 o montante de 230 MW médios contratados até 2028, montante relativo aos contratos no mercado regulado relativos à UHE Porto Primavera. Desta forma, esta parcela da sua garantia física está protegida das oscilações do GSF.

¹¹ Preço na data base de 30/06/2021, sem correção.

¹² Para o primeiro contrato: data base de início em 29/06/2006; para o segundo contrato: data base de início em 12/12/2005.

¹³ Preços corrigidos pelo IPCA.

TRADING

Em janeiro de 2020, a Companhia iniciou as operações da CESP Comercializadora e ingressou no mercado de *trading* de energia com o objetivo de promover uma gestão mais otimizada do balanço energético da CESP, uma melhor gestão dos riscos hidrológicos e de mercado e um aperfeiçoamento da estratégia comercial da Companhia, com o desenvolvimento de novos clientes, mercados e oportunidades.

Tais operações são transacionadas no mercado livre e, para fins de mensuração contábil, atendem à definição de instrumentos financeiros por valor justo (“MtM”). A Companhia possui contratos futuros de energia com vencimento até o exercício de 2027. No encerramento do 2T21, o MtM dos contratos de *trading* de energia totalizou R\$34 milhões.

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA

A receita operacional líquida no 2T21 totalizou R\$525 milhões, aumento de R\$40 milhões (+8%) em relação aos R\$486 milhões do 2T20, majoritariamente decorrente de:

- **Trading:** Aumento de R\$53 milhões em função do crescimento do volume e preço médio das operações de *trading* pela CESP Comercializadora, com receita de R\$80 milhões no 2T21 vs. R\$27 milhões no 2T20.
- **Instrumentos financeiros derivativos¹⁴:** Redução da despesa de R\$9 milhões pela valorização do real frente ao dólar na comparação entre os períodos, totalizando uma despesa de R\$20 milhões no 2T21 vs. R\$29 milhões no 2T20.
- **Mercado Regulado – Leilão de Energia:** Aumento de R\$4 milhões decorrente do reajuste de preço de contrato, com receita de R\$125 milhões no 2T21 vs. R\$121 milhões no 2T20.
- **Energia de curto prazo:** Aumento de R\$3 milhões em decorrência da maior venda de energia neste mercado no 2T21 em relação ao 2T20, totalizando uma receita de R\$9 milhões no 2T21 vs. R\$6 milhões no 2T20.

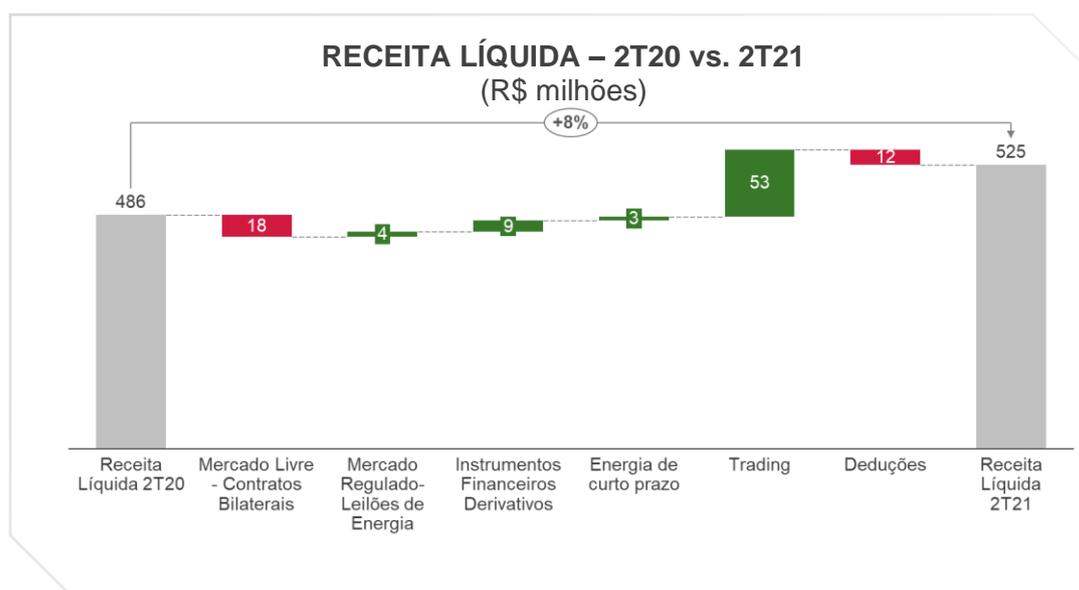
Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- **Mercado Livre – Contratos Bilaterais:** Redução de R\$18 milhões explicada pelo efeito não recorrente de liquidação de saldo junto à CCEE no 2T20 (R\$19 milhões),

¹⁴ Instrumentos financeiros derivativos utilizados pela Companhia para proteção da exposição cambial dos contratos do mercado livre, indexados ao dólar (R\$5,4760 em 30/06/2020 vs. R\$5,0022 em 30/06/2021).
Fonte: Banco Central do Brasil.

parcialmente compensado pelo incremento de volume e preço dos contratos de venda de energia.

- **Deduções:** Aumento da despesa em R\$12 milhões, explicado principalmente pelo aumento do PIS e COFINS sobre as receitas operacionais devido ao aumento de volume de venda pela comercializadora, totalizando deduções de R\$ 71 milhões no 2T21 vs. R\$59 milhões no 2T20.



INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A CESP possui contratos de venda de energia indexados ao dólar. Com a finalidade de mitigar a exposição cambial proveniente desses contratos a Companhia implementou uma estratégia de *hedge* utilizando o instrumento financeiro de *Non-Deliverable Forward* (“NDFs”) e contabilizados como *hedge accounting*. A estratégia tem o objetivo de proteger aproximadamente 95% da exposição cambial no período. A tabela a seguir reflete a posição dos instrumentos derivativos em 30 de junho de 2021:

NDFs	Notional (US\$ milhões)	Taxa média cambial a termo (R\$)	Valor justo (R\$ milhões)
2021	75,0	4,38	(48,9)

Os valores justos dos instrumentos de *hedge* serão reconhecidos no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou seja liquidada. Após efetiva liquidação, os ganhos ou perdas serão reconhecidos na receita. Mais detalhes vide nota explicativa 26.3 do ITR 2T21.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$393 milhões no 2T21 frente a R\$188 milhões registrada no 2T20, um incremento de R\$205 milhões na comparação dos períodos, devido principalmente a:

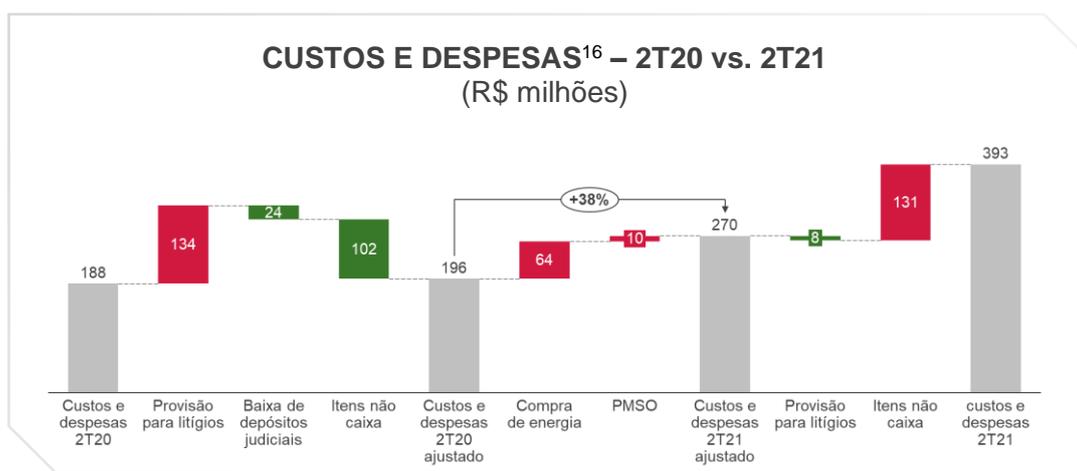
- **Reversão de provisão para litígios:** Impacto negativo de R\$126 milhões, devido à reversão de provisão no valor de R\$134 milhões no 2T20 vs. R\$8 milhões no 2T21, sendo este um efeito não-caixa.
- **Custo de compra de energia:** R\$197 milhões no 2T21 vs. R\$137 milhões no 2T20, um aumento de R\$60 milhões em relação ao 2T20, decorrente principalmente do:
 - Aumento de R\$56 milhões nas compras para as operações de *trading* no 2T21 (R\$72 milhões) vs. 2T20 (R\$16 milhões), em linha com a estratégia da Companhia; e
 - Maior preço da energia comprada (mercado livre e *spot*) para equacionamento do balanço energético, que teve como consequência um impacto de R\$2 milhões (R\$119 milhões no 2T21 vs. R\$117 milhões no 2T20) no período. No 2T21 foram comprados 297 MW médios, volume 19% inferior do volume do 2T20 (367 MW médios), com preços médios superiores em 20% (R\$193/MWh no 2T21 vs. R\$161/MWh no 2T20).
- **Contratos Futuros de Energia:** Despesa de R\$34 milhões no 2T21 vs. R\$3 milhões no 2T20, um aumento R\$31 milhões, sendo este um efeito não-caixa, explicado principalmente pela volatilidade do mercado frente ao cenário hidrológico desafiador.
- **PMSO:**
 - Pessoal, Materiais e Serviços de Terceiros (**PMS**): Incremento de R\$5 milhões na comparação entre os períodos (R\$33 milhões no 2T21 vs. R\$28 milhões no 2T20) explicado principalmente pelo: (i) incremento de ~R\$3 milhões de reais com despesas de Pessoal, em função de ajuste de inflação nos benefícios pós-emprego, incremento de indenizações trabalhistas e provisão de acordo coletivo e (ii) aumento das despesas com manutenção e conservação de ativos em decorrência de manutenções programadas realizadas em nossas usinas que não ocorreram no mesmo período do ano anterior.
 - Outras despesas (**O**): Incremento de R\$ 5 milhões devido à reversão de despesa no valor de R\$5 milhões no 2T20, que não se repetiu no 2T21. Esta reversão é explicada pela baixa da provisão de quota da Reserva Global de Reversão¹⁵ (“RGR”) que não se realizou.

Efeitos compensados parcialmente por:

¹⁵ A RGR é um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia. Criada em 1957, a partir do Decreto nº 41.019, a Conta de Reserva Global de Reversão financia projetos de melhoria e expansão para empresas do setor energético.

- **Baixa de depósitos judiciais:** No 2T20 foi reconhecida a constituição de R\$24 milhões, referente a baixa de depósitos judiciais, que não se repetiu no 2T21.
- **Outros efeitos não caixa¹⁶:** Tais efeitos totalizaram R\$97 milhões no 2T21 vs. R\$100 milhões no 2T20, uma redução de R\$3 milhões na despesa na comparação entre os trimestres devido principalmente à redução efetiva da depreciação e amortização na comparação entre os períodos.

Excluindo todos os efeitos não recorrentes e não caixa, os custos e as despesas operacionais no 2T21 totalizaram R\$270 milhões, aumento de 38% em relação ao 2T20 (R\$196 milhões), principalmente pelo impacto detalhado acima na linha de compra de energia.



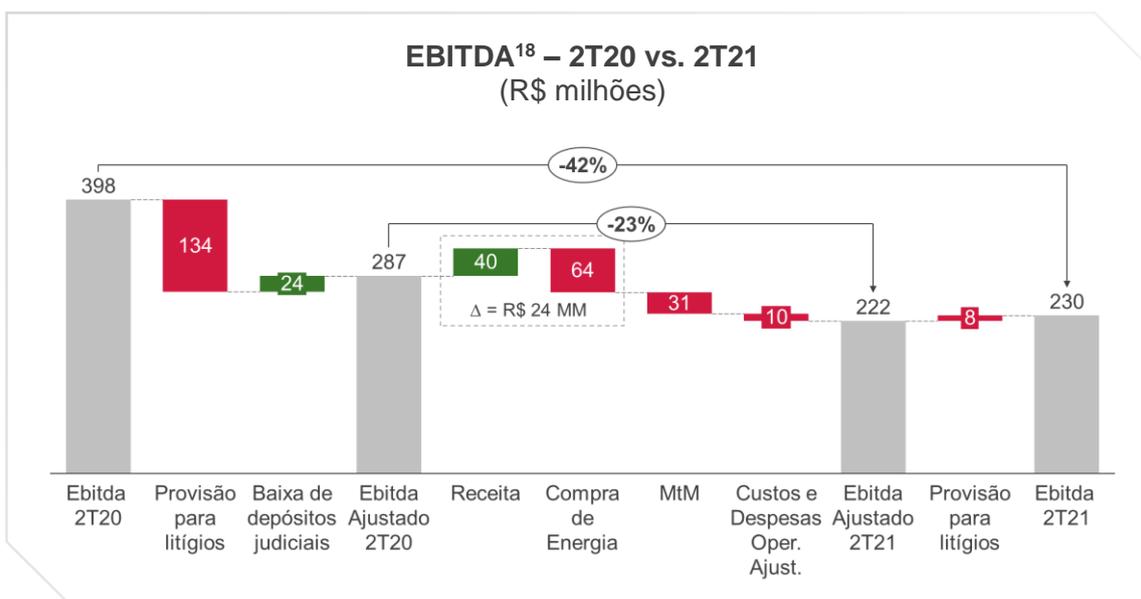
EBITDA

(R\$ mil)	2T21	2T20	Δ	1S21	1S20	Δ
Lucro Líquido	(18.129)	137.798	n.m.	97.669	191.611	-49%
IR e CSLL líquidos ¹⁷	(7.164)	65.800	n.m.	56.803	111.574	-49%
Resultado financeiro	157.576	94.326	67%	325.439	203.536	60%
= EBIT	132.283	297.924	-56%	479.911	506.721	-5%
Depreciação / amortização	97.371	99.876	-3%	195.226	200.271	-3%
EBITDA	229.654	397.800	-42%	675.137	706.992	-5%
Reversão provisão para litígios	(7.937)	(134.167)	-94%	(210.809)	(107.188)	97%
Baixa de depósitos judiciais	-	23.643	n.m.	39.781	23.643	68%
EBITDA ajustado	221.717	287.276	-23%	504.109	623.447	-19%
Margem EBITDA ajustado	42%	59%	-17 p.p.	47%	66%	-19 p.p.

¹⁶ Outros itens não caixa incluem: depreciação/amortização e provisões de PIS/COFINS para depósitos judiciais.

¹⁷ 2T21: IR e CSLL líquidos resultado de R\$17 milhões de imposto corrente e reversão de R\$25 milhões de diferido, sendo R\$16 milhões de saída de caixa.

O EBITDA ajustado totalizou R\$222 milhões no 2T21 com margem de 42%, valor 23% abaixo do que o mesmo período de 2020 (R\$287 milhões). As variações do EBITDA ajustado podem ser explicadas, principalmente: (i) pela reversão de provisão para litígios no valor de R\$134 milhões no 2T20 vs. R\$8 milhões no 2T21; (ii) pelo efeito da crise hídrica nos preços e volumes, impactando a margem de energia em R\$24 milhões; e (iii) pelo efeito negativo de R\$31 milhões na marcação a mercado dos contratos futuros de energia para *trading* (R\$-34 milhões no 2T21 vs. R\$-3 milhões no 2T20).



RESULTADO FINANCEIRO

(R\$ mil)	2T21	2T20	Δ	1S21	1S20	Δ
Receitas financeiras	5.971	7.941	-25%	11.696	18.454	-37%
Despesas financeiras	(163.547)	(102.267)	60%	(337.135)	(221.990)	52%
Encargos de dívida	(20.663)	(20.763)	0%	(39.774)	(46.367)	-14%
Atualização monetária de debênture	(32.142)	-	-	(70.492)	-	-
Atualização de provisão para litígios	(62.535)	(46.707)	34%	(128.258)	(115.792)	11%
Baixas de depósitos judiciais	-	(13.527)	-	(1.832)	(13.527)	-86%
Atualização de benefícios pós-emprego	(39.531)	(14.905)	165%	(79.061)	(29.997)	164%
Outras despesas financeiras	(8.676)	(6.365)	36%	(17.718)	(16.307)	9%
Resultado financeiro	(157.576)	(94.326)	67%	(325.439)	(203.536)	60%

¹⁸ Despesas Operacionais Ajustadas considera despesas operacionais totais menos provisão para litígios, baixa de depósitos judiciais, depreciação, amortização e contratos futuros de energia ("MtM").

O resultado financeiro líquido no 2T21 registrou despesa de R\$158 milhões comparado a despesa de R\$94 milhões apresentada no 2T20. O aumento na comparação trimestral pode ser explicado principalmente, por:

- **Encargos de dívidas e atualização monetária de debêntures:** Incremento de R\$32 milhões decorrente da 12ª emissão de debêntures da Companhia, indexada por IPCA (1,7% no 2T21), totalizando uma despesa de R\$53 milhões no 2T21 vs. R\$21 milhões no 2T20;
- **Atualização do saldo de benefícios pós-emprego:** Despesa de R\$40 milhões no 2T21 vs. R\$15 milhões no 2T20, um aumento de R\$25 milhões, explicado principalmente pela atualização do saldo do passivo atuarial dos planos de pensão patrocinados pela Companhia. Para mais detalhes sobre este tema veja seção “Plano de Aposentadoria – Vivest” deste documento; e
- **Atualização do saldo de provisão para litígios:** Aumento de R\$16 milhões, decorrente da atualização do volume total da provisão para litígios, dada a retomada do IGP-M no período (6,21% no 2T21 vs. 2,64% no 2T20), totalizando R\$63 milhões no 2T21 vs. R\$47 milhões no 2T20.

IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

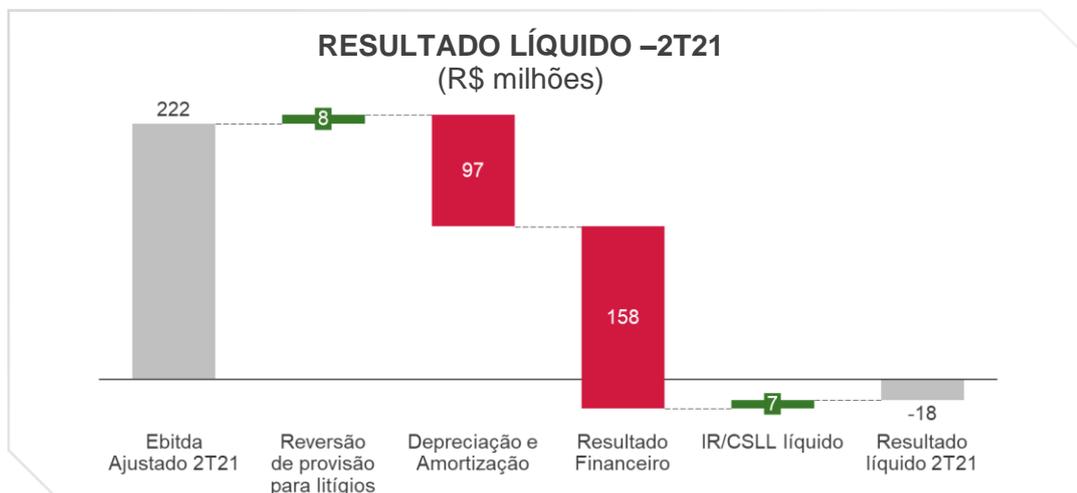
Os valores de IR e CSLL (“impostos”) do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos obedecem ao regime de competência e são apurados conforme a legislação vigente. A Companhia adota o regime de lucro real anual com pagamento por estimativa mensal, o que pode gerar um descasamento entre o pagamento e a apuração do imposto, sendo ajustado na apuração anual do IR e CSLL.

O resultado líquido de IR e CSLL no 2T21 foi de R\$7 milhões positivos, sendo R\$17 milhões referentes ao IR e CSLL correntes e uma reversão de R\$25 milhões do IR e CSLL diferidos. Este efeito é principalmente explicado pela mudança no cenário operacional (principalmente em função da marcação a mercado dos contratos futuros de energia - MtM) e da necessidade de compra de energia. Já com relação ao diferido, podemos destacar que as principais variações ocorreram nas linhas de benefício pós-emprego, e também na provisão para MtM, além de uma realização da provisão para litígios. O valor pago de imposto no 2T21, calculado por estimativa, foi de R\$16 milhões (efeito caixa, considerando uma alíquota efetiva total de 37%).

Vale mencionar também que na comparação entre o 2T21 com 2T20, a variação expressiva de diferido se deve a limitação de 10 anos no teste de recuperabilidade do ativo conforme Instrução CVM nº 371/2022, que fora revogada pela Resolução CVM nº 2/2020.

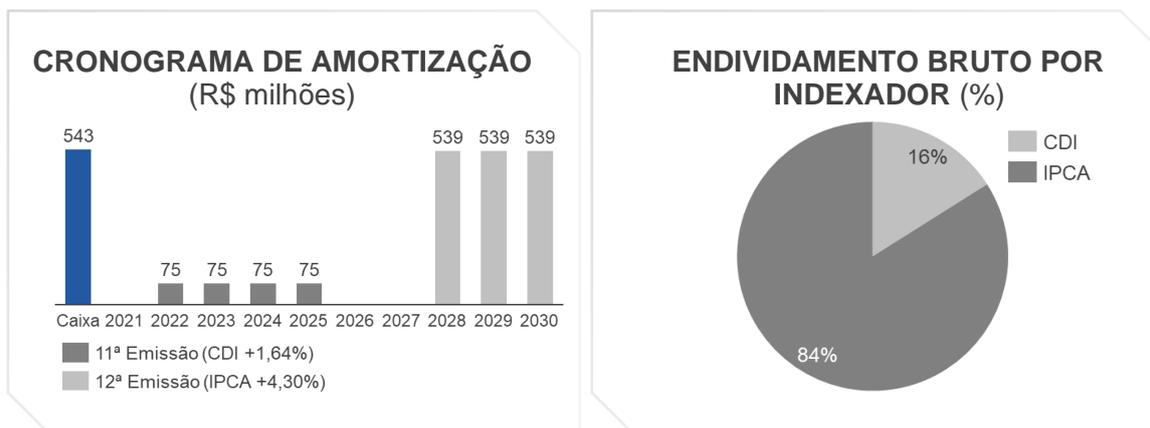
RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido do 2T21 foi negativo em R\$18 milhões, contra um lucro de R\$138 milhões no 2T20. O gráfico a seguir apresenta os principais fatores que influenciaram o resultado líquido do trimestre, a partir do EBITDA ajustado do mesmo período:



ENDIVIDAMENTO

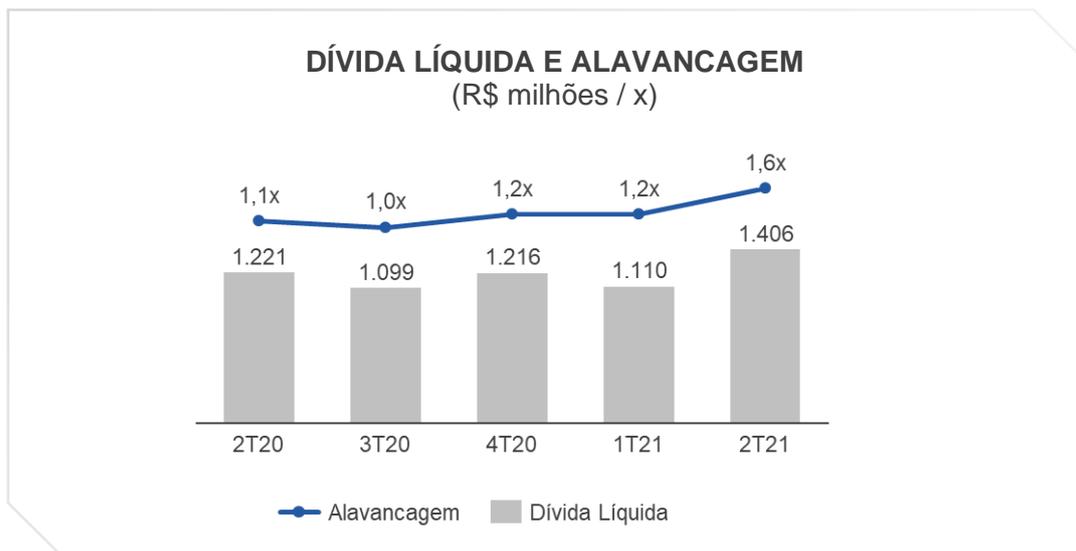
O endividamento bruto em 30 junho de 2021 era de R\$1,9 bilhão e o prazo médio da dívida consolidada da Companhia era de 7,3 anos.



A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final do trimestre era R\$543 milhões contra R\$785 milhões no mesmo período do ano passado e R\$870 milhões em março de 2021. A dívida líquida em 30 de junho de 2021 era de R\$1,4 bilhão.

ALAVANCAGEM

A alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e EBITDA ajustado, encerrou o 2T21 a 1,6x.



RATING

	Rating	Outlook	Revisão
FitchRatings	BB AAA (br)	Negativo Estável	Jul/21
STANDARD & POOR'S	BB- br.AAA	Estável	Mai/21

CAPEX

No 2T21 o CAPEX da CESP foi de R\$2,4 milhão, destinado majoritariamente para modernização e manutenção das usinas hidrelétricas.

FLUXO DE CAIXA LIVRE

(R\$ mil)	2T21	2T20	Δ	1S21	1S20	Δ
EBITDA ajustado	221.717	287.276	-23%	504.109	623.447	-19%
IR/CSLL caixa ¹⁹	(9.438)	(21.246)	-56%	(36.156)	(31.908)	13%
Capital de giro	69.818	50.440	38%	19.098	(37.620)	-
CAPEX	(2.419)	(5.809)	-58%	(3.431)	(8.153)	-58%
Fluxo de caixa operacional	279.678	310.661	-10%	483.619	545.766	-11%
Serviço da dívida	(6.042)	(47.455)	-87%	(37.976)	(47.458)	-20%
Fluxo de caixa operacional após o serviço da dívida	273.636	263.206	4%	445.643	498.308	-11%
Pagamento de litígio ²⁰	(16.895)	(19.356)	-13%	(28.829)	(45.623)	-37%
Amortizações	-	(11)	-	-	(22)	-
Plano de Recompra – Finalização ADR	-	-	-	(3.332)	-	-
Dividendos	(583.990)	(409.473)	43%	(583.990)	(409.558)	43%
Fluxo de caixa livre	(327.249)	(165.634)	98%	(170.507)	43.105	-
Saldo de caixa inicial	870.126	950.183	-8%	713.384	741.444	-4%
Saldo de caixa final	542.877	784.549	-31%	542.877	784.549	-31%

A Companhia encerrou o 2T21 com R\$274 milhões de geração de caixa operacional após serviço da dívida, o que representa um índice de conversão de caixa²¹ de 123%.

A variação no fluxo de caixa operacional entre os trimestres decorre, principalmente por:

- Capital de giro: Incremento de R\$19 milhões (R\$70 milhões no 2T21 vs. R\$51 milhões no 2T20) explicado principalmente: (i) efeito não caixa de R\$34 milhões na marcação a mercado dos contratos futuros de energia para *trading* no trimestre (vs. R\$3 milhões no 2T20); (ii) ganho proveniente da gestão do capital de giro de R\$ 31 milhões no 2T21 (vs. R\$9 milhões no 2T20); e (iii) liberação do saldo da inadimplência da CCEE no 2T21 no montante de R\$16 milhões (vs. R\$13 milhões no 2T20).
- IR/CSLL caixa: Redução de R\$12 milhões no desembolso do período, devido à piora do resultado operacional na comparação entre os períodos, totalizando R\$9 milhões no 2T21 vs. R\$21 milhões no 2T20.

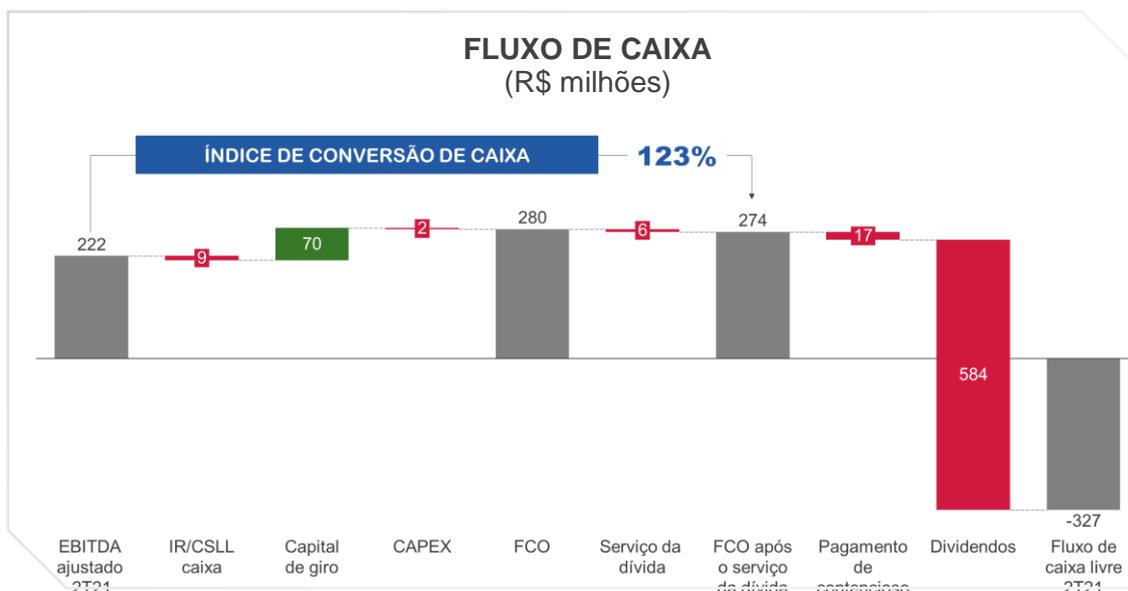
O fluxo de caixa livre registrado ao final de junho de 2021 foi negativo em R\$327 milhões, em decorrência dos pontos trazidos acima e do incremento no volume de dividendos

¹⁹ 1T21 considera R\$16 milhões de IR retido na fonte referente a distribuição de JCP

²⁰ Representa a soma de pagamento de litígios e acordos judiciais

²¹ Índice de Conversão de Caixa = FCO após o serviço da dívida/EBITDA Ajustado

distribuídos na comparação entre os períodos no total de R\$175 milhões (R\$584 milhões no 2T21 vs. R\$409 milhões no 2T20).



PLANO DE APOSENTADORIA (VIVEST)

HISTÓRICO E METODOLOGIA DE CÁLCULO

A Companhia por meio da Vivest, patrocina os planos de aposentadoria de seus empregados e ex-empregados. Os planos de benefícios existentes foram constituídos em duas diferentes modalidades: (i) contribuição definida (“CD”); e (ii) benefício definido (“BD”).

Na modalidade CD, a Companhia realiza contribuições fixas à Vivest e não possui obrigações legais em caso de déficit atuarial²².

Já na modalidade BD, é estabelecido um valor de benefício fixo de renda vitalícia que o empregado receberá em sua aposentadoria. O plano BD mais relevante da CESP é o Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), constituído como resultado da negociação entre o Governo do Estado de São Paulo (ex-acionista controlador) e os sindicatos, com o objetivo de viabilizar os processos de privatização das empresas de energia em 1997.

Os valores dos compromissos atuariais²³ relacionados ao plano BD são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33/ IAS 19 (“CPC 33”), que apresenta a metodologia de avaliação contábil de benefícios a empregados.

²² Déficit atuarial: projeção em que faltará dinheiro para cobrir todas as aposentarias e pensões no futuro.

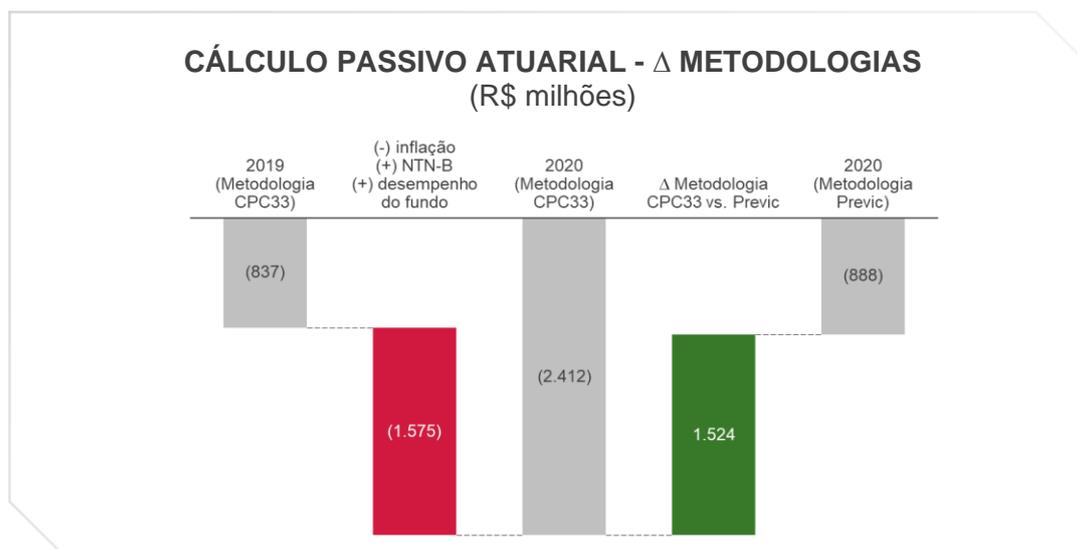
²³ Compromissos atuariais: contribuições, custos, passivos e/ou ativos.

- O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação do benefício na data das demonstrações financeiras, reduzido o valor justo dos ativos do plano;
- Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados ao término de cada exercício com base no relatório de atuário independente.

Em paralelo a avaliação contábil, a Vivest calcula os compromissos atuariais adotando a metodologia definida pela Resolução CNPC nº 30/2018 e Portaria PREVIC nº 300, de 12/04/2019. Essa metodologia difere do CPC 33 principalmente em relação ao: (i) cálculo do passivo atuarial; (ii) definição do ativo; e (iii) taxas de desconto. A metodologia utilizada pela PREVIC é responsável pelo cálculo da posição atuarial e, portanto, define, eventuais necessidades de aportes por parte da CESP ao longo do tempo, caso se configurem posições deficitárias.

CÁLCULO ATUAL

Em 2020 os efeitos de inflação e juros no passivo e meta atuarial impactaram no valor justo contábil. As projeções do passivo foram impactadas pelo efeito de inflação (descolamento IGP-DI) e parcialmente compensadas pelo efeito positivo, em decorrência do aumento da taxa de desconto do passivo (NTN-B).



Importante ressaltar que o déficit não representa, neste momento, uma dívida ou impacto de caixa por ambas as metodologias de cálculo adotadas. O cálculo é realizado anualmente e será atualizado em dezembro de 2021. Caso seja verificado déficit pela metodologia Previc acima dos valores limites de referência, a Companhia realizará um plano de equacionamento com aportes a serem realizados ao longo do prazo médio do plano, atualmente em ~10 anos.

ÚLTIMAS ATUALIZAÇÕES E PRÓXIMOS PASSOS

Em 16 de junho de 2020, o Conselho de Administração da CESP aprovou as medidas de adequação dos planos Vivest às práticas de mercado atuais, bem como as medidas de isonomia e mitigatórias de riscos inerentes aos Planos Vivest, em conformidade com os procedimentos e a regulamentação aplicável e vigente. Tais medidas mitigatórias contemplam, por exemplo, a migração opcional de participantes da modalidade BD para a modalidade CD, em linha com o interesse individual de cada beneficiário.

Em 10 de dezembro de 2020, as medidas foram também aprovadas pelo Conselho deliberativo da Vivest, sendo o próximo passo a obtenção da aprovação pela PREVIC, que está na fase final, e esperada para meados de 2021.

Após obtenção da aprovação da PREVIC e implantação das medidas mitigatórias, o valor real de eventual déficit será recalculado pela metodologia própria da entidade.

CONTINGÊNCIAS

PROCESSOS JUDICIAIS PASSIVOS

Atualmente, a Companhia é parte em processos judiciais que representam uma contingência passiva total de, aproximadamente, R\$10 bilhões. É importante reforçar que a Companhia ainda mantém um procedimento de avaliação criteriosa do saldo de contencioso passivo, inclusive com a contratação de assessores jurídicos e financeiros externos como complementação à atuação de nossa equipe própria.

Dada a relevância do contencioso passivo atualmente registrado pela Companhia, não apenas os valores em discussão judicial são revisados constantemente, como também os próprios prognósticos de perda aplicáveis às ações existentes. Adicionalmente, em uma busca perene por otimizar a gestão e reduzir a contingência judicial passiva, a Companhia também continua qualificando, de forma criteriosa, determinadas ações como “estratégicas”, submetendo-as a um monitoramento próprio e à condução por escritórios externos de alto nível técnico e reputação. Tratamento não menos importante é dado ao restante da carteira contenciosa.

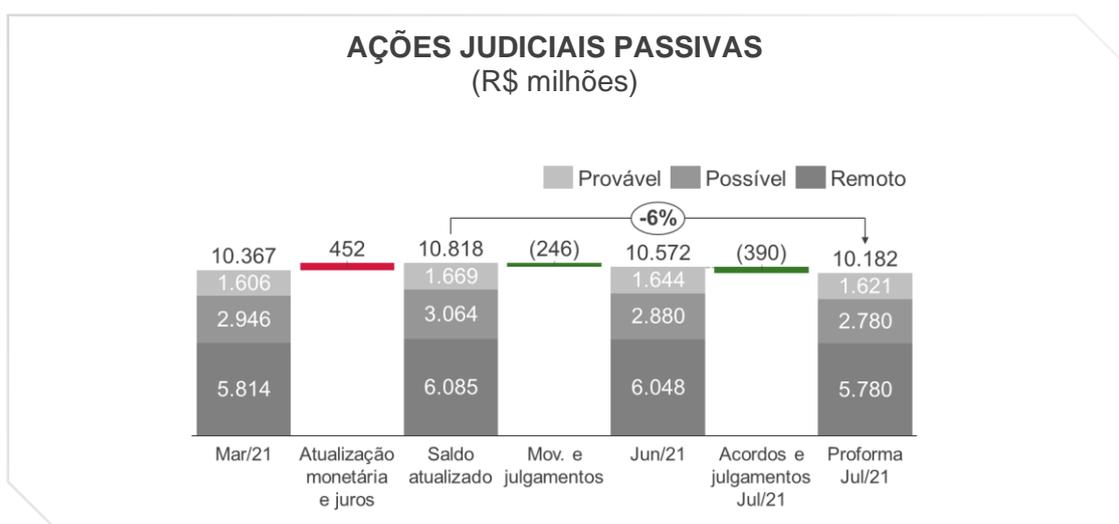
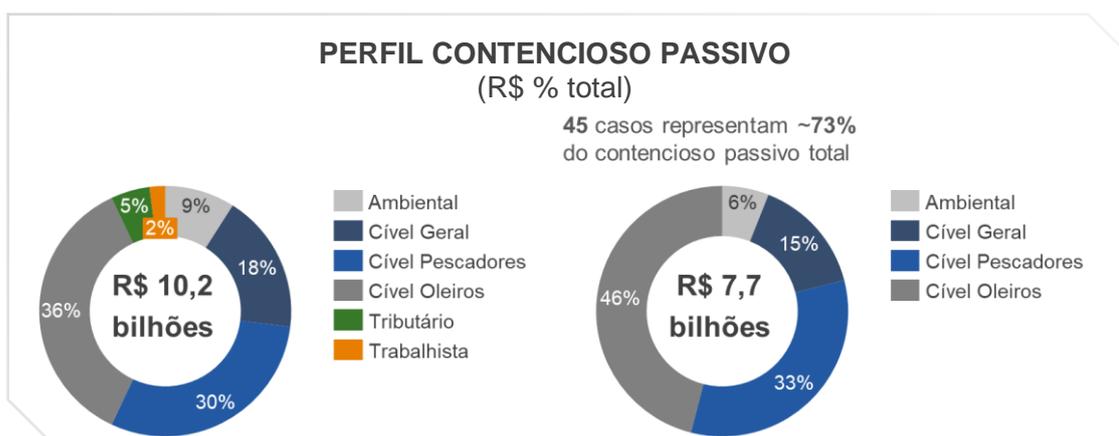
A Companhia esclarece, reiteradamente, que o valor do contencioso passivo é objeto de variações constantes, justamente porque sua mensuração é atrelada ao próprio andamento das ações judiciais. Desse modo, como política institucional, a Companhia busca refletir em seu balanço, com o mínimo de defasagem possível, o status atual de sua carteira passiva (o que justifica as oscilações trimestrais dos valores divulgados a tal título).

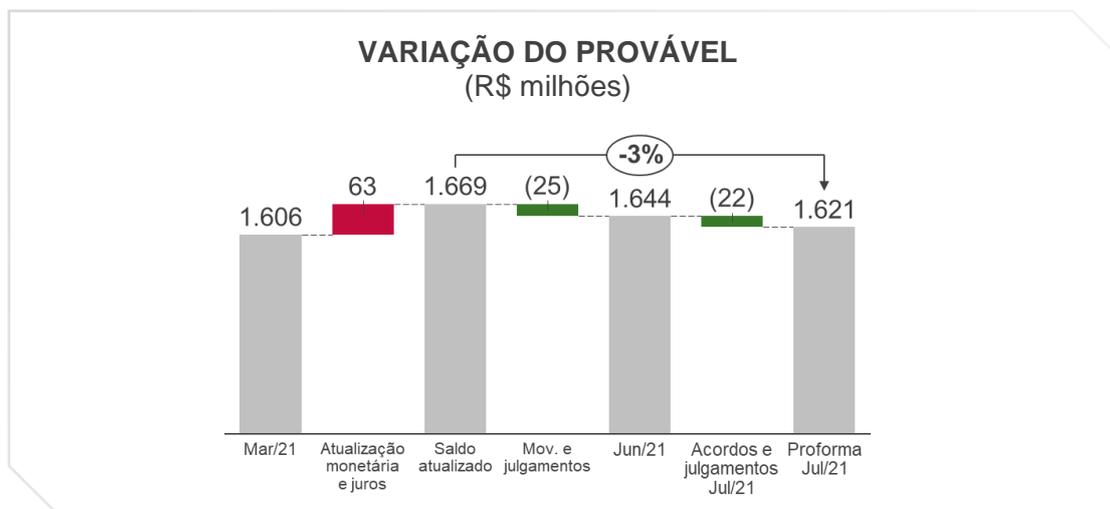
Em relação às contingências decorrentes de ações cuja probabilidade de perda é estimada como remota, conforme já informado em trimestres anteriores, a Companhia ainda opta por manter a prática historicamente adotada na elaboração de suas

Demonstrações Financeiras, divulgando o valor total correspondente a esse tipo de contingência. Entretanto, apesar de entender ser adequada nesse momento a divulgação de tais valores, a Companhia também reitera que, dentre as diversas ações avaliadas como sendo de risco remoto, há demandas explicitamente incabíveis, cujo valor de causa não representa, em hipótese alguma, o valor financeiro efetivamente em discussão e que seria devido no caso de eventual condenação definitiva desfavorável.

Por fim, sem prejuízo dos esforços constantes visando à redução do seu contencioso passivo, a Companhia ressalva, de forma transparente, que a performance desse processo pode ser prejudicada por novas demandas eventualmente recebidas, ou mesmo por ajustes na valoração das ações que já compõem a sua carteira. Nesse contexto, a estratégia de redução do passivo judicial continua abrangendo, além da atuação técnico-processual, uma atuação de caráter preventivo, de modo a ser reduzido, também, o volume de novas ações que são propostas contra a Companhia.

Atualmente, o grupo de ações estratégicas abrange cerca de 45 processos, o que representa, aproximadamente, ~73% do contencioso judicial passivo da Companhia, conforme detalhado abaixo:





A variação no contencioso passivo total e provável, em relação a mar/2021, é decorrente de: (i) atualização monetária e juros, efeito não caixa e fortemente impactado pelo IGP-M de 6,21% no período, (ii) acordos judiciais e revisão de estimativas conforme evolução processual dos casos e (iii) decisões favoráveis à Companhia e acordos ocorridos em Jul/21.

A CESP continua atenta a oportunidades de acordos e negociações que se mostrem atrativas e viáveis, buscando a redução do passivo contencioso e sempre de acordo com critérios técnicos e disciplina financeira.

TRÊS IRMÃOS

Julgamento em 1ª Instância

O processo de indenização de Três Irmãos (processo nº 45939-32.2014.4.01.3400) está, em 1ª instância, em fase de instrução probatória, com discussões a respeito do último laudo do perito judicial, que avaliou os ativos reversíveis em R\$4,7 bilhões (a valores históricos de junho de 2012). O valor avaliado é composto de: Usina: R\$1,9 bilhões; Eclusas e Canal: R\$1,0 bilhões; Terrenos: R\$1,8 bilhões.

Após manifestações da União e da CESP a respeito do laudo pericial, em 10/07/2020 foi proferido despacho que determinou a manifestação do perito, sobre os questionamentos apresentados pela União em relação ao laudo.

Em 12/2020 foi certificada a conclusão da digitalização do processo de Três Irmãos e com isso o perito foi intimado a prestar os esclarecimentos acerca do laudo pericial. O prazo para a referida manifestação foi de 15 dias úteis a contar de 28/01/2021 e findaria em 19/02/2021. No entanto, em 10/02/2021 foi informado no processo o falecimento do perito em questão.

Por tal motivo, em 07/06/2021, o juiz determinou que as partes se manifestassem sobre o prosseguimento do processo. A CESP apresentou manifestação requerendo o

encerramento da instrução e a conclusão do caso para sentença. A União Federal, solicitou, em sua manifestação, a elaboração de novo laudo pericial por profissionais especialistas em Engenharia Civil e em Engenharia Elétrica, ou, alternativamente, a elaboração de laudo complementar ao já existente, com o saneamento dos pontos por ela apontados. Atualmente, aguarda-se decisão do juiz.

Liminar Incontroverso

Em relação ao pedido liminar realizado pela Companhia em 12/2016, o qual visa obrigar a União Federal a iniciar o pagamento imediato das parcelas relativas ao valor incontroverso de R\$ 1,7 bilhão (valor na data-base de junho de 2012), referente à indenização de Três Irmãos, conforme Portaria Interministerial MME/MF n. 129/2014, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.643.760/SP, em sessão realizada em 27/04/2021, não acatou o pedido da CESP. Face à esta decisão, a Companhia apresentou recurso ao Supremo Tribunal Federal, o qual aguarda julgamento.

Importante destacar que a discussão da liminar (e decisões já proferidas) em nada altera a discussão principal em andamento perante a 1ª Instância da Justiça Federal de Brasília.

Abaixo, segue a linha do tempo do caso, com histórico a respeito das últimas movimentações relevantes do caso:



REGULATÓRIO

RESTRIÇÕES HIDRÁULICAS – PORTO PRIMAVERA

Considerando o atual cenário de crise hidrológica no país, e especialmente na bacia do Rio Paraná, na qual se localiza a UHE Porto Primavera, causado pela precipitação significativamente abaixo da média nas principais bacias hidrográficas com usinas hidrelétricas integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN), tendo-se atingido as piores sequências hidrológicas, levando em conta o histórico de vazões registrado em 91 anos, as autoridades governamentais têm determinado medidas visando garantir a governabilidade hidráulica da bacia, inclusive por meio da redução das vazões mínimas praticadas.

Nesse contexto, o SNM, pela primeira vez desde o início dos monitoramentos, emitiu, em 27/05/2021, Alerta de Emergência Hídrica, posteriormente reforçado pela ANA, por meio da Resolução nº 77/2021, declarando situação crítica de escassez dos recursos hídricos na bacia do Rio Paraná, em 1/06/2021.

Ainda, estudos técnicos do ONS fundamentaram o quanto deliberado na 248ª Reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), em 28/05/2021, que estabeleceu um conjunto de medidas urgentes de flexibilização de restrições hidráulicas a ser adotado, em caráter excepcional, como alternativa para enfrentamento da escassez hídrica vivenciada e seus impactos diversos, inclusive sob a ótica dos setores elétrico brasileiro, com risco de comprometer a geração de energia elétrica para atendimento ao SIN. Entre essas medidas, a flexibilização da vazão da UHE Porto Primavera para 2.700m³/s partir de 1/07/2021, com a realização dos testes de redução das vazões em junho de 2021.

Vale mencionar que no período entre 10 e 15/05/2021, a CESP realizou testes de redução da vazão, em atendimento à determinação do ONS e após autorização conferida pelo IBAMA, tendo atingido, na ocasião, a vazão mínima segura de 3.900 m³/s (partindo de 4.300 m³/s).

Com fundamento nas determinações mencionadas, o Ministério de Minas e Energia editou a Portaria MME nº 524/2021, em 11/06/2021, determinando o início de testes de redução de defluência mínima praticada na UHE Porto Primavera até o valor de 2.700m³/s de forma estável, até 1/07/2021.

Vale dizer que o IBAMA, em 11/06/2021, aprovou o Plano de Trabalho para Redução da Vazão Defluente na UHE Porto Primavera elaborado pela CESP, documento que rege a realização e monitoramento dos testes de redução de vazão, com o apontamento de soluções e mitigações para os impactos ambientais identificados.

A Companhia, em defesa do interesse público, em atendimento à determinação das autoridades governamentais e após obtidas as devidas aprovações do IBAMA, iniciou, em 16/06/2021, os testes para redução da vazão mínima da UHE Porto Primavera visando atingir a vazão de 2.700 m³/s, nos termos da citada Portaria do MME. Atualmente, a vazão praticada e monitorada é de 2.900 m³/s, em linha com decisão da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética, com o envio de relatórios periódicos de monitoramento ao IBAMA, nos termos previstos no Plano de Trabalho.

O período de vazão reduzida deve perdurar até o fim de outubro de 2021, quando se espera a retomada do período de chuvas e o início da piracema (em novembro), salvo decisão distinta das autoridades federais.

ACORDO GSF – EXTENSÃO DE CONCESSÃO

Considerando as condições para repactuação do risco hidrológico para as usinas participantes do MRE previstas na Lei nº 14.052/2020, de 8/10/2020 (“Lei nº 14.052/2020”), coube à ANEEL a regulamentação do tema, a fim de definir a metodologia para cálculo da compensação e viabilizar os acordos de extensão de outorga a serem firmados com os agentes geradores elegíveis. A Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, de 3/12/2021 foi editada com tal finalidade, e, de acordo com os prazos

previstos, a expectativa era de que a Diretoria da ANEEL, conforme pauta da 10ª Reunião Pública Ordinária, de 30/03/2021, homologasse os cálculos da CCEE relativos à extensão, com consequente abertura de prazo para que os agentes manifestassem adesão. O passo seguinte seria a formalização da extensão, por meio da celebração de aditivos aos contratos de concessão.

A homologação dos prazos de extensão da outorga das usinas do MRE não foi determinada pela Diretoria da ANEEL em razão de recursos administrativos apresentados por geradores que poderiam, em alguma medida, alterar critérios de cálculo inicialmente fixados e, assim, levar à necessidade de revisão do cálculo final pela CCEE.

Atualmente, a Companhia acompanha o tema e aguarda o julgamento final dos recursos, bem como de processo no âmbito do Tribunal de Contas da União, para que, com a homologação dos cálculos da CCEE pela ANEEL, apresente a sua manifestação pela adesão aos termos do acordo de extensão. A esse respeito, vale ressaltar que o Conselho de Administração da CESP, em 29/03/2021, aprovou a adesão da Companhia, para a UHE Porto Primavera, à repactuação para extensão da concessão em 7 anos (limite previsto na Lei nº 14.052/2020). A adesão da UHE Paraibuna foi aprovada pelo Conselho de Administração em 11/02/2021, sendo o termo final da concessão, após primeira etapa de repactuação, 05/09/2021, conforme o 4º termo aditivo ao contrato de concessão nº 3/2004. A extensão definitiva, que, segundo os cálculos finais apresentados seria de 9 meses adicionais, será confirmada com a definição do tema pela ANEEL.

Em 13/07/2021 foi publicada a Lei nº 14.182/2021, sobre a desestatização da Eletrobras e que previu alterações de critérios de cálculo de compensação para a repactuação do risco hidrológico fixados inicialmente na Lei nº 14.052/2020. Dados os fundamentos dos recursos administrativos em análise, essa mais recente alteração legal deve solucionar a questão, de modo que novos cálculos poderão ser elaborados pela CCEE considerando a inclusão de tais critérios, mediante determinação da ANEEL. A Companhia acompanha o cronograma para a regulamentação adicional da questão pela ANEEL e a homologação dos cálculos para manifestar a sua adesão.

Vale lembrar que a Companhia não é parte de ação judicial sobre o tema, não tendo quaisquer valores devidos, relacionados a risco hidrológico, com exigibilidade suspensa no âmbito da liquidação financeira da CCEE, sendo que a opção por repactuação não depende de desembolso de caixa ou de qualquer pagamento de prêmio.

AGENDA ESG²⁴

PLATAFORMA DE SUSTENTABILIDADE

Em 2021, a Companhia deu continuidade na implantação da agenda de ESG estabelecida em 2020 por meio, por exemplo, da criação da Plataforma de Sustentabilidade que, com base em uma análise integrada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) e de uma avaliação de materialidade estabeleceu três linhas temáticas de atuação:

Proatividade ambiental e climática – Alinhar geração de energia elétrica à garantia dos usos múltiplos da água em ações desenvolvidas em prol da conservação do ecossistema, da minimização dos impactos das operações, da adaptação às mudanças climáticas, da educação ambiental e do bom relacionamento com a comunidade.

Desenvolvimento local e humano – Busca contínua de geração de valor e compromisso com a transparência na administração, reforçando os compromissos com as partes interessadas: funcionários, comunidades, clientes, fornecedores e investidores. E isso se dá oferecendo condições de trabalho, saúde, segurança, bem-estar, diversidade e atuação transparente, garantindo direitos e oportunidades de desenvolvimento humano e geração de negócios.

Crescimento inclusivo – A sustentabilidade e a rentabilidade devem caminhar juntas. Por isso, deve-se focar na criação de programas socioambientais que impulsionem uma nova mentalidade entre funcionários e comunidade, proporcionando inclusão financeira, inclusão social e desenvolvimento de competências locais.

Ao longo do primeiro semestre de 2021 nossos esforços foram orientados pelas três linhas temáticas de nossa Plataforma de Sustentabilidade. Nesse contexto, desenvolvemos uma série de ações visando o amadurecimento de nossos processos de gestão de sustentabilidade e, ao mesmo tempo, engajamos nossos colaboradores em nossos compromissos com as temáticas Ambientais, Sociais e de Governança.

A Companhia atualmente possui uma meta corporativa de ESG, a qual abrange 14 ações estratégicas que visam garantir o avanço desse tema na CESP. Essa meta abrange todos os diretores e gerentes e será considerada na remuneração variável anual de 2021 de toda liderança.

Abaixo, estão as principais ações do semestre e o detalhamento das evoluções do trimestre:

²⁴ Sigla em inglês para *Environmental, Social and Governance* (Meio Ambiente, Social e Governança)

	1T21	2T21
Ambiental (E)	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do inventário de emissões segundo a metodologia do GHG Protocol e IPCC 	<ul style="list-style-type: none"> • Resposta aos questionários de Mudanças Climáticas e Segurança Hídrica do CDP
Social (S)	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do grupo de Diversidade & Inclusão • Conclusão do Diagnóstico Socioambiental Participativo nos municípios do entorno da UHE Porto Primavera • Início dos projetos de Apoio a Gestão pública para combate ao COVID-19 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrega dos Resultados do Diagnóstico Socioambiental Participativo para as prefeituras dos municípios do entorno da UHE Porto Primavera (saiba mais) • Criação do Comitê Interno de Relacionamento com Comunidades • Início dos projetos liderados pelo grupo de Diversidade & Inclusão
Governança (G)	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento da Comissão de Sustentabilidade, constituída por dois membros do Conselho de Administração e um membro independente • Aumento da participação de mulheres na alta liderança da Companhia, com a eleição de duas mulheres para o Conselho de Administração e uma para o Conselho Fiscal 	<ul style="list-style-type: none"> • Avanço na “pontuação” do Informe de Governança Corporativa com adoção de novas práticas e/ou princípios pela Companhia
Plataforma ESG		<ul style="list-style-type: none"> • Signatários do Pacto Global da ONU • Upgrade Rating ESG MSCI

- **Pacto Global da ONU:** Nos comprometemos a seguir dez princípios de sustentabilidade, baseados em Direitos Humanos e do Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção.
- **Questionários de Mudanças Climáticas e Segurança Hídrica do CDP:** Um importante passo na transparência de informações sobre a gestão de dois temas essenciais para o negócio da CESP. Ao mesmo tempo, incorporamos requisitos não obrigatórios, porém amplamente e mundialmente utilizados por analistas ESG, em nosso rol de indicadores de gestão ambiental.
- **Grupo de Trabalho Diversidade e Inclusão (D&I):** A CESP tem acompanhado as transformações da sociedade e acredita que o respeito à diversidade humana contribui diretamente para uma sociedade justa, igualitária e livre. Em janeiro de 2021, a Companhia contemplou nos seus pilares de cultura a promoção de um ambiente diverso e incluso em todos os níveis. Nessa linha, foi instituído um grupo de trabalho (“GT”) multidisciplinar, composto por funcionários da CESP cuja responsabilidade é estudar e propor iniciativas que estimulam uma cultura de diversidade e inclusão (“D&I”) em toda a cadeia de valor. O GT de D&I apresenta atribuição consultiva e visa catalisar ações para elevar o nível de maturidade da Companhia em relação ao tema, sensibilizando, atraindo e viabilizando ações

concretas para grupos ainda sub representados. O GT de D&I se reporta diretamente à Diretoria colegiada da CESP e presta contas mensalmente sobre seus avanços.

- **Entrega dos Resultados do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSAP)** para as prefeituras do entorno da UHE Porto Primavera. O Diagnóstico tem um aspecto importante no engajamento dos atores do poder público local pois a CESP está disponibilizando os resultados para serem utilizados como instrumento de elaboração de políticas públicas.
- **MSCI²⁵**: Uma das principais agências internacionais de classificação de riscos ESG, elevou a nota da CESP de “BBB” para “A”. Essa é uma conquista enorme para a Companhia e que demonstra que nossos esforços e compromisso com uma sólida gestão na agenda ESG estão sendo reconhecidos.
- **Informe de Governança Corporativa**: entrega CVM do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa, contemplando para a edição de 2021 a adoção de novas práticas e/ou princípios conforme a seguir:
 - Estruturação de um **programa de integração de novos membros do Conselho de Administração**, contemplando treinamentos e ações que visam assegurar a inserção de novos membros aptos a tomarem as decisões de sua competência;
 - Realização regular de **sessões exclusivas de alinhamento para os membros do Conselho de Administração da Companhia**, sem a presença dos executivos e demais convidados;
 - Realização de **avaliação anual do Diretor Presidente da Companhia**, em processo formal **conduzido pelo Conselho de Administração**, com o apoio do Departamento de Desenvolvimento Humano Organizacional da CESP, com base na verificação do atingimento das metas de desempenho financeiro e não financeiro estabelecidas pelo Conselho de Administração; e
 - Aprovação de uma **política para contratação de serviços extra auditoria** dos auditores independentes da Companhia, aprovada na reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2021, que assegura os critérios a serem observados para eventual contratação de serviços extra auditoria que possam comprometer a independência e objetividade dos auditores, bem como a não contratação como auditor independente quem tenha prestado serviços de auditoria interna para a companhia há menos de 3 anos.

Para mais detalhes da agenda ESG e todas ações e projetos socioambientais da CESP, acesse o nosso Relatório Anual de 2020, disponível no site da Companhia.

²⁵ O uso pela CESP de quaisquer dados da MSCI ESG Research llc ou suas afiliadas (“MSCI”), bem como o uso de logos, marcas registradas, marcas de serviços ou indexadores neste documento, não constituem patrocínio, endosso, recomendação ou promoção da CESP pela MSCI. Os serviços e os dados da MSCI são de propriedade da MSCI ou de seus provedores de informações, sendo fornecidos no estado em que se encontram e sem garantia. Os nomes e logos da MSCI são marcas registradas ou marcas de serviços da MSCI.

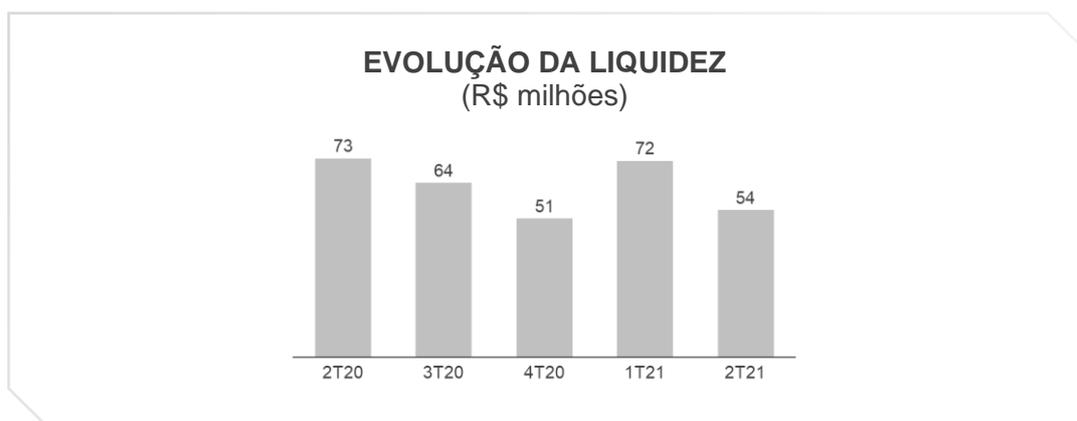
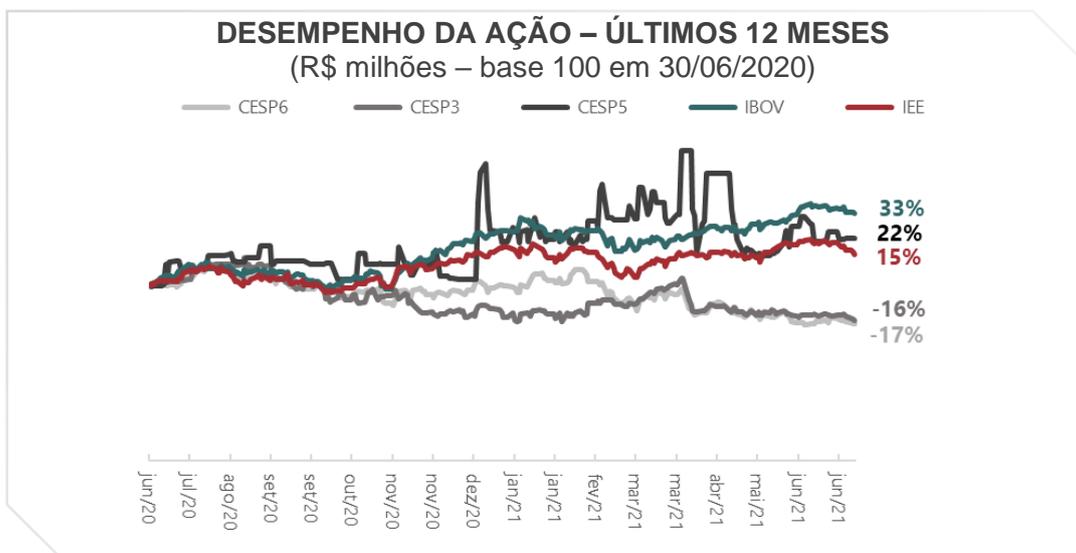
MERCADO DE CAPITAIS

A CESP possui ações ordinárias (“CESP3”) e ações preferenciais classes A e B (“CESP5 e CESP6”, respectivamente) listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”) e integra o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais stakeholders da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles o Índice de Governança Corporativa, em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa e o Índice Brasil 100, que reúne as ações mais negociadas na B3.

No final do 2T21, as ações preferenciais classe B (CESP6), que representam 64,4% do capital total da Companhia, estavam cotadas em R\$23,94, uma desvalorização de 15% no trimestre. A liquidez média diária do trimestre foi de R\$54 milhões (vs. R\$74 milhões no 2T20), equivalente à 2,1 milhões de ações negociadas em média por dia.

No mesmo período, as ações ordinárias (CESP3), que representam 33,3% do capital, estavam cotadas em R\$27,4, representando uma desvalorização de 17% e as ações preferenciais classe A (CESP5), que representam 2,3% do capital, estavam cotadas em R\$36,02, refletindo uma desvalorização de 8,3% no trimestre.

O valor de mercado da CESP, em 30 de junho de 2021, era de R\$8,3 bilhões comparado a R\$9,9 bilhões em 30 de junho de 2020.



ANEXOS

A Planilha Interativa, com os dados Consolidados aqui apresentados, pode ser encontrada no website de Relações com Investidores [clikando aqui](#).

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Circulante	934.521	1.118.857
Caixa e equivalentes de caixa	542.877	713.384
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Contas a receber	239.618	272.817
Tributos a recuperar	78.206	61.190
Dividendos a receber	-	-
Contratos futuros de energia	-	-
Despesas antecipadas	4.153	1.957
Outros ativos	69.667	69.509
Não circulante	13.151.648	13.433.007
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Cauções e depósitos judiciais	217.483	260.496
IR e CSLL líquidos diferidos	3.908.192	3.954.680
Almoxarifado	5.918	6.023
Ativo sujeito à indenização	1.739.161	1.739.161
Investimentos	-	-
Imobilizado	5.792.444	5.956.429
Intangível	1.482.468	1.509.895
Direito de uso s/ contratos de arrendamento	5.982	6.323
Total do ativo	14.086.169	14.551.864

Passivo e Patrimônio Líquido	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Circulante	692.926	1.050.593
Fornecedores	110.609	103.080
Empréstimos e financiamentos	20.019	18.220
Arrendamento mercantil	1.791	1.700
Instrumentos financeiros derivativos	48.869	95.084
Contratos futuros de energia	26.199	17.336
Obrigações estimadas e folha de pagamento	15.821	23.387
Tributos a recolher	44.736	40.721
Encargos setoriais	74.184	76.507
Dividendos a pagar e JCP	250.444	581.919
UBP - Uso do bem público	40.940	41.307
Obrigações socioambientais	32.321	28.426
Outros passivos	26.993	22.906
Não circulante	6.311.753	6.295.058
Empréstimos e financiamentos	1.874.094	1.800.854
Arrendamento mercantil	4.516	4.788
Instrumentos financeiros derivativos	-	9.141
Contratos futuros de energia	9.681	4.108
Encargos setoriais	1.240	1.240
UBP - Uso do bem público	97.197	114.057
Provisão para litígios	1.643.730	1.748.257
Obrigações socioambientais	144.062	152.749
Benefícios pós-emprego	2.492.036	2.412.379
Outros passivos	45.197	47.485
Patrimônio líquido	7.081.490	7.206.213
Capital social	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital	1.929.098	1.929.098
Reservas de lucros	1.934.622	2.187.137
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.837.415)	(2.885.455)
Outros resultados abrangentes	83.084	-
Lucros acumulados	(3.332)	-
Total do passivo e patrimônio líquido	14.086.169	14.551.864

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Demonstração dos Resultados (Detalhado) R\$ mil	Consolidado					
	2T21	2T20	Var. (%)	1S21	1S20	Var. (%)
Receita operacional bruta	596.414	544.905	9%	1.230.614	1.085.767	13%
Contratos bilaterais	401.419	418.960	-4%	860.796	813.801	6%
Operações de trading	80.300	27.269	194%	138.604	39.521	n.m.
Leilões de energia - Distribuidores de energia	124.448	120.562	3%	254.825	247.339	3%
Energia de curto prazo	9.372	6.129	53%	21.200	22.011	-4%
Instrumentos financeiros derivativos	(19.830)	(28.611)	-31%	(46.221)	(38.248)	21%
Outras receitas	705	596	18%	1.410	1.343	5%
Deduções à receita operacional	(71.251)	(59.373)	20%	(148.566)	(139.695)	6%
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(446)	(844)	-47%	(892)	(1.687)	-47%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(3.522)	(4.011)	-12%	(7.706)	(7.944)	-3%
Imposto sobre serviços - ISS	(35)	(21)	67%	(56)	(44)	27%
COFINS sobre receitas operacionais	(46.834)	(34.115)	37%	(97.040)	(84.101)	15%
PIS sobre receitas operacionais	(10.168)	(7.407)	37%	(21.068)	(18.259)	15%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(8.916)	(11.765)	-24%	(19.144)	(25.221)	-24%
Taxa de fiscalização do setor elétrico - TFSE	(1.330)	(1.210)	10%	(2.660)	(2.439)	9%
Receita operacional líquida	525.163	485.532	8%	1.082.048	946.072	14%
Custo do serviço de energia elétrica	(343.278)	(281.056)	22%	(708.390)	(507.391)	40%
Lucro operacional bruto	181.885	204.476	-11%	373.658	438.681	-15%
Despesas e receitas operacionais	(49.602)	93.448	n.m.	106.253	68.040	56%
Gerais e administrativas	(24.966)	(23.036)	8%	(52.927)	(46.864)	13%
Outras receitas operacionais, líquidas	(24.636)	116.484	n.m.	159.180	114.904	39%
Equivalência Patrimonial	-	-	n.m.	-	-	n.m.
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	132.283	297.924	-56%	479.911	506.721	-5%
Receitas financeiras	5.971	7.941	-25%	11.696	18.454	-37%
Despesas financeiras	(163.547)	(102.267)	60%	(337.135)	(221.990)	52%
Variação cambial líquida	-	-	n.m.	-	-	n.m.
Resultado financeiro	(157.576)	(94.326)	67%	(325.439)	(203.536)	60%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contrib. social	(25.293)	203.598	n.m.	154.472	303.185	-49%
IR e CSLL - corrente	(17.384)	(29.855)	-42%	(27.550)	(66.932)	-59%
IR e CSLL - diferido	24.548	(35.945)	n.m.	(29.253)	(44.642)	-34%
IR e CSLL líquidos	7.164	(65.800)	n.m.	(56.803)	(111.574)	-49%
Lucro (prejuízo) líquido	(18.129)	137.798	n.m.	97.669	191.611	-49%
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação	(0,06)	0,42	n.m.	0,30	0,59	-49%

NATUREZA CUSTOS E DESPESAS

Consolidado NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS	2T21			2T20			Var.	
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	Var. (%)	Var (R\$)
Energia Comprada	(197.214)	-	(197.214)	(137.133)	-	(137.133)	44%	(60.081)
Engargos Setoriais	(39.468)	-	(39.468)	(35.427)	-	(35.427)	11%	(4.041)
Pessoal	(5.368)	(11.247)	(16.615)	(5.509)	(9.914)	(15.423)	8%	(1.192)
Administradores	-	(1.670)	(1.670)	-	(1.230)	(1.230)	36%	(440)
Benefícios pós-emprego	-	(1.314)	(1.314)	-	122	122	-1177%	(1.436)
Materiais	(495)	192	(303)	(60)	(435)	(495)	-39%	192
Serviços de terceiros	(1.907)	(6.664)	(8.571)	(2.290)	(5.111)	(7.401)	16%	(1.170)
Seguros	-	(1.046)	(1.046)	-	(1.919)	(1.919)	-45%	873
Aluguéis	(191)	(147)	(338)	(176)	(242)	(418)	-19%	80
Provisão (reversão) de almoxarifados	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão (Provisão) PIS/COFINS depósitos judiciais	-	(51)	(51)	-	-	-	-	(51)
Impostos, taxas e contribuições	(26)	(633)	(659)	713	(1.577)	(864)	-24%	205
Manutenção e conservação	(3.137)	6	(3.131)	(946)	(199)	(1.145)	173%	(1.986)
Créditos de PIS/COFINS sobre encargos de transmissão	-	-	-	-	315	315	-100%	(315)
Outras (despesas) ou receitas	264	366	630	(2.380)	7.741	5.361	-88%	(4.731)
Subtotal	(247.542)	(22.208)	(269.750)	(183.208)	(12.449)	(195.657)	38%	(74.093)
Amortização e Depreciação	(95.736)	(1.635)	(97.371)	(97.848)	(2.028)	(99.876)	-3%	2.505
MtM	-	(33.696)	(33.696)	-	(2.599)	(2.599)	1196%	(31.097)
Provisão reversão litígios	-	7.937	7.937	-	134.167	134.167	-94%	(126.230)
Baixa de depósitos judiciais	-	-	-	-	(23.643)	(23.643)	-100%	23.643
Total	(343.278)	(49.602)	(392.880)	(281.056)	93.448	(187.608)	109%	(205.272)

Consolidado NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS	1S21			1S20			Var.	
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	Var. (%)	Var (R\$)
Energia Comprada	(416.933)	-	(416.933)	(219.469)	-	(219.469)	90%	(197.464)
Engargos Setoriais	(78.517)	-	(78.517)	(69.358)	-	(69.358)	13%	(9.159)
Pessoal	(10.522)	(26.038)	(36.560)	(13.002)	(22.316)	(35.318)	4%	(1.242)
Administradores	-	(3.804)	(3.804)	-	(2.470)	(2.470)	54%	(1.334)
Benefícios pós-emprego	-	(876)	(876)	-	244	244	-459%	(1.120)
Materiais	(782)	(59)	(841)	(502)	(510)	(1.012)	-17%	171
Serviços de terceiros	(4.564)	(11.767)	(16.331)	(3.523)	(10.064)	(13.587)	20%	(2.744)
Seguros	-	(2.082)	(2.082)	-	(4.169)	(4.169)	-50%	2.087
Aluguéis	(191)	(147)	(338)	(292)	(789)	(1.081)	-69%	743
Provisão (reversão) de almoxarifados	(253)	-	(253)	-	54	54	-569%	(307)
Reversão (Provisão) PIS/COFINS depósitos judiciais	-	(319)	(319)	-	(15)	(15)	2027%	(304)
Impostos, taxas e contribuições	(52)	(1.852)	(1.904)	713	(1.577)	(864)	120%	(1.040)
Manutenção e conservação	(3.914)	(693)	(4.607)	(946)	(199)	(1.145)	302%	(3.462)
Créditos de PIS/COFINS sobre encargos de transmissão	-	-	-	-	315	315	-100%	(315)
Outras (despesas) ou receitas	(954)	816	(138)	(4.797)	7.806	3.009	-105%	(3.147)
Subtotal	(516.682)	(46.821)	(563.503)	(311.176)	(33.690)	(344.866)	63%	(218.637)
Amortização e Depreciação	(191.708)	(3.518)	(195.226)	(196.215)	(4.056)	(200.271)	-3%	5.045
MtM	-	(14.436)	(14.436)	-	22.241	22.241	-165%	(36.677)
Provisão reversão litígios	-	210.809	210.809	-	107.188	107.188	97%	103.621
Baixa de depósitos judiciais	-	(39.781)	(39.781)	-	(23.643)	(23.643)	68%	(16.138)
Total	(708.390)	106.253	(602.137)	(507.391)	68.040	(439.351)	37%	(162.786)